

# RUTH

First



INTERNATIONAL UNION  
OF LEFT PUBLISHERS



# RUTH FIRST

Textos escolhidos de  
Ruth First

Tradução de Aline Piva

Introdução de Vashna Jagarnath

Esta publicação foi feita colaborativamente pela União Internacional de Editoras de Esquerda (<https://iulp.org/>) e tem como atribuição de republicação a licença Creative Commons Attribution-Share Alike 2.5 India (CC BY-SA 2.5 IN). O resumo da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/in/>

Tradução: Aline Piva

Revisão de tradução: Lia Urbini

Diagramação: Zap Design

1ª edição: maio de 2023

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Alameda Nothmann, 806

Sala 06 e 08, térreo, complemento 816

01216-001 – Campos Elíseos – SP

livraria@expressaopopular.com.br

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)



1804 Books (USA)  
<https://1804books.com/>



Batalla de Ideas (Argentina)  
[www.batalladeideas.com.ar](http://www.batalladeideas.com.ar)



Bharathi Puthakalayam (India)  
[www.thamizhbooks.com](http://www.thamizhbooks.com)



Centro Social y Librería Proyección (Chile)



Chintha (India)  
[www.chinthapublishers.com](http://www.chinthapublishers.com)



Editorial Caminos (Cuba)  
[www.ecaminos.org](http://www.ecaminos.org)



Expressao Popular (Brasil)  
[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)



Editorial El colectivo (Argentina)  
<https://editorialelcolectivo.com/>



Idea (Romania)



Editorial Trinchera (Venezuela)  
<https://editorialtrinchera.com>



Instituto Simón Bolívar (Venezuela)  
[www.isb.ve](http://www.isb.ve)



Janashakti Prakashan (India)



Kriya Madyama (India)

**LeftWord**

LeftWord (India)  
[www.mayday.leftword.com](http://www.mayday.leftword.com)



Marjin Kiri (Indonesia)  
[www.marjinkiri.com](http://www.marjinkiri.com)

**NAKED PUNCH**  
www.nakedpunch.com

Naked Punch (Pakistan)  
[www.nakedpunch.com](http://www.nakedpunch.com)



Nava Telangana (India)  
[www.navatelanganabooks.com](http://www.navatelanganabooks.com)



Ojas: Vidyarthi Ni Pahal (India)



Prajasakti (India)  
[www.psbh.in](http://www.psbh.in)



Red Star Press (Italy)  
[www.redstarpress.it](http://www.redstarpress.it)

**tricontinental**

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
[www.thetricontinental.com](http://www.thetricontinental.com)



Vadell y hermanos (Venezuela)

**वाम**

Vam Prakashan (India)  
[mayday.leftword.com/vaam-prakashan/](http://mayday.leftword.com/vaam-prakashan/)



Yordam Kitab (Turkey)

**ZALOŽBA**

*\* cf.*

Založba /\*cf (Slovenia)  
[www.zalozbacf.si](http://www.zalozbacf.si)

# Sumário

Introdução	8
<i>Vashna Jagarnath</i>	
Pretória conquistada pelas mulheres!	16
A África do Sul hoje	23
Da Carta da Liberdade à luta armada	35
Os limites do nacionalismo	46
Os mineiros moçambicanos: um estudo sobre a exportação de mão de obra	58

# Introdução

VASHNA JAGARNATH

Como Antonio Gramsci, Claudia Jones, Frantz Fanon, Karl Marx e tantos outros, Ruth First desempenhou diversos papéis nas lutas de seu tempo. Foi, simultaneamente, militante comunista, jornalista e uma intelectual brilhante. Ela ocupa um lugar de honra na história do jornalismo sul-africano e está ao lado de grandes figuras como Sol Plaatje e Govan Mbeki. O abismo entre nomes como Ruth First, Mbeki e Plaatje e o estado lastimável do jornalismo na África do Sul hoje é extraordinariamente evidente. Isso se aplica, é claro, ao abismo entre as contribuições intelectuais feitas nas lutas de libertação do passado e o estado lamentável do debate intelectual em grande parte de nossa vida política hoje. Além disso, dentro e fora da Academia, poucos pensadores contemporâneos desenvolvem seu trabalho inseridos em um movimento social ou sindical. O intelectual genuinamente radical sempre percorre um caminho doloroso, muitas vezes perseguido por calúnias, isolamento profissional e até mesmo exílio, prisões e assassinato. Ruth First sabia muito bem disso, inicialmente por meio das experiências de outros militantes. Steve Biko fora assassinado em setembro de 1977, e Richard Turner, em janeiro de 1978. Quatro anos depois, em 17 de agosto de 1982, sua vida também

teria um fim repentino, em meio ao ato cotidiano de abrir um pacote enviado ao seu escritório na universidade em Maputo. A carta-bomba havia sido enviada por ordem de Craig Williamson, um espião do Estado do *Apartheid*.

O principal intelectual do Congresso Nacional Africano (CNA), Pallo Jordan, estava na mesma sala que Ruth First quando a bomba explodiu. O historiador congolês Jacques Depelchin, que estava no escritório vizinho, lembrou o horror da cena e como arrancou cacos de vidro do couro cabeludo de Jordan. Alguns dias depois, o grande pianista de jazz Abdullah Ibrahim executou um réquiem para Ruth First em Maputo.

Em um discurso proferido em homenagem a Ruth First em 2020, Jordan comentou:

Todo o peso do golpe desferido contra nós quando o regime do *Apartheid* ordenou o assassinato de Ruth First é sentido em momentos como o presente. Sua mente incisiva e analítica teria enriquecido muito o debate nacional dentro e fora do movimento de libertação e ajudado a definir o caminho a seguir. A camarada Ruth First foi notável porque ela levou a sério as *Teses de Feuerbach* de Marx, onde ele disse: ‘Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo’.

Heloise Ruth First nasceu em uma família de comunistas em 4 de maio de 1925. Seus pais, Matilda Levetan e Julius First, foram membros fundadores do Partido Comunista da África do Sul [PCAS], fundado em 1921. Ao lado de seu irmão Ronald, ela cresceu em uma casa cheia de animadas discussões políticas com pessoas de diferentes raças e classes sociais. O mundo fora de sua casa era profunda e violentamente dividido por raça, classe e gênero, mas Ruth nasceu em um lar muito diferente, no qual a humanidade plena de todos era levada em consideração. A profunda disjunção entre sua vida familiar e o mundo exterior incutiu um profundo compromisso de lutar contra a opressão e exploração racial, patriarcal, nacional e de classe.

Seu zelo emancipatório não era apenas acadêmico. Desde muito jovem, ela demonstrou dedicação tanto à prática quanto à

teoria, uma alimentando a outra. Depois de se matricular no Colégio Jeppe para garotas, ela estudou Ciências Sociais na Universidade de Witwatersrand. Ela demonstrou aptidão para trabalhar em diversos projetos em um amplo espectro da esquerda. Como estudante, atuou como secretária na Liga dos Jovens Comunistas e fundou a Federação de Estudantes Progressistas com outros militantes *antiapartheid*. O mundo de Ruth First estava a quilômetros de distância do sectarismo estreito e muitas vezes tóxico que atormenta muitos da esquerda na África do Sul hoje. Os seus colegas e camaradas durante esse período era um amplo grupo de militantes, incluindo Nelson Mandela; Eduardo Mondlane, o primeiro dirigente da Frelimo;<sup>1</sup> Joe Slovo, o advogado comunista que mais tarde se tornaria seu marido; e Ismail Meer, editor do jornal *Indian Views*. Sempre ocupada, Ruth First produziu um fluxo constante de textos, sem deixar de lado sua atuação política e um trabalho organizacional sólido. Seus artigos foram publicados em jornais e revistas como *The Guardian* e *Fighting Talk*. Muitos desses artigos, escritos anonimamente pela jovem Ruth, mostram sua determinação resoluta em expor a natureza fascista do Estado do *apartheid*, a brutalidade policial e as implicações econômicas e estruturais das leis do *apartheid*. Ao mesmo tempo, ela promoveu a solidariedade não racial construída em organizações *antiapartheid* por meio da Campanha de Desobediência ao Passe e de boicotes de ônibus. Seu jornalismo não se limitava às questões da classe trabalhadora e dos negros na África do Sul. Ela também destacou as conquistas do socialismo em todo o mundo. Em um artigo na edição de novembro de 1948 do *The Guardian*, ela comemorou o 31º aniversário da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

<sup>1</sup> A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) liderou Moçambique na guerra de libertação nacional contra Portugal que culminou com sua independência em 1975. (N. E.)

Após sua graduação, Ruth First trabalhou como assistente de pesquisa na Divisão de Bem-Estar Social do Conselho Municipal de Joanesburgo. Seu mandato não duraria muito. Ela esperava ser capaz de lidar com a miríade de problemas socioeconômicos enfrentados pela cidade. Em vez disso, foi incumbida de encontrar materiais comemorativos para celebrar o quinquagésimo aniversário do guia turístico da cidade. A profunda contradição entre a imagem otimista de Joanesburgo apresentada pela Câmara Municipal e a realidade de cidade não poderia ser mais repugnante para ela.

Ao longo da década de 1940, tornou-se evidente que o sistema de capitalismo racial sul-africano enfrentava uma crise de mão de obra. Os sindicatos negros, cada vez mais fortes, começaram a enfrentar a opressão e a exploração sofridas pelos trabalhadores negros, em geral, e pelos mineiros, em particular. Muitas dessas lutas foram lideradas e apoiadas pelos comunistas.

Em 1944, o então primeiro-ministro Jan Smuts percebeu que a crescente agitação dos trabalhadores africanos ameaçava todas as bases da capital sul-africana. Ele implementou medidas mais draconianas para reprimir a onda de protestos e de trabalho solidário. A Medida de Guerra n. 1425 emitida por Smuts impedia que grupos de mais de 20 indivíduos se reunissem em propriedades de mineração sem permissão especial. No entanto, apesar dessas medidas, os trabalhadores continuaram a se organizar e, em 12 de agosto de 1946, milhares de mineiros africanos entraram em greve, do leste ao oeste de Rand. Como Ruth First observou em “The Gold of Migrant Labour” [“O ouro da mão de obra migrante”], publicado em 1962, “não há nenhuma indústria com essas dimensões e prosperidade que tenha administrado sua política de mão de obra barata com tanto sucesso”.

O Estado sul-africano respondeu com violência implacável para acabar com a greve. Trabalhadores foram perseguidos nos poços das minas, e tiros foram disparados contra eles. Possíveis greves de solidariedade foram cruelmente reprimidas. Em qua-

tro dias, o Estado derrotou mais de 100 mil trabalhadores, forçando-os a voltar ao trabalho. Nove trabalhadores morreram. Muitos outros foram presos e julgados por traição e sedição. Entre eles estavam dirigentes sindicais, todo o comitê central do Partido Comunista e muitos dos líderes da CNA em Joanesburgo.

O Estado sul-africano e os partidos políticos de supremacia branca não perderam tempo em promover o discurso do “*swart gevaar*” (“perigo negro”) e da histeria anticomunista.

O massacre de mineiros grevistas em Marikana, em 2012, demonstrou que o Estado sul-africano das eras colonial, *Apartheid* e pós-*Apartheid* sempre esteve disposto a trabalhar pelos interesses do capital mineiro e que isso ainda não havia sido abordado politicamente.

Ruth se tornou uma peça central do Partido Comunista quando toda a direção foi presa e detida por seu papel nas greves. Nessa altura, ela estava efetivamente administrando os escritórios do Partido Comunista e assumiu a redação do *The Guardian*, ao mesmo tempo que desmascarava e relatava a exploração e opressão dos sul-africanos negros. Ao contrário de muitos comunistas, ela não tinha interesse apenas em lutar apenas contra a opressão de classe. Ela compreendia a intersecção entre classe, raça e gênero. Ela sabia que na África do Sul a questão de classe também é *racializada*. Essas intersecções tornaram-se ainda mais marcantes no momento da preparação para as eleições de 1948, quando o Partido Nacional chegou ao poder e começou a implementar o sistema de *Apartheid*.

Em 1949, Ruth First casou-se com Joe Slovo. Quando se conheceram, ainda na Universidade de Wits, Slovo havia acabado de retornar da Segunda Guerra Mundial. Em meio à luta política, eles formaram uma família e tiveram três filhos – Shawn, Gillian e Robyn. Apesar da família em crescimento, First e Slovo nunca esmoreceram em seu compromisso com a luta *antiapartheid* e o socialismo. Eles também desempenharam um papel de liderança

em muitas campanhas e protestos políticos, ativos e vibrantes, liderados pela CNA ao longo dos anos 1950.

Sua agitação política não passou despercebida. Em 1956, Ruth First foi um dos 156 réus no Julgamento por Traição que se estenderia até 1961. Apesar de ter sido absolvida com os outros 155, Ruth First foi banida em 1960 sob o Estado de Emergência imposto após o Massacre de Sharpeville. Assim, apesar de absolvida, ela não podia mais comparecer a reuniões políticas, nem publicar qualquer trabalho, nem ser citada publicamente.

Essa tentativa de silenciar Ruth First não foi suficiente para o governo e, em 1963, ela foi presa sob a Lei dos 90 dias, tornando-a a primeira mulher na África do Sul a ser detida sob essa lei. Ela foi mantida presa e em confinamento solitário por 117 dias. Foi uma experiência física e psicologicamente desgastante. Como Winnie Madikizela-Mandela, Ruth First detalhou as condições torturantes em que foi mantida em um livro curto, mas marcante, *One Hundred and Seventeen Days: An account of confinement and interrogation under the South African Ninety-Day Detention Law* [117 dias: um relato sobre o confinamento e interrogatório sob a lei dos 90 dias de detenção sul-africana], um clássico da literatura do cárcere.

Após sua detenção em março de 1964, Ruth First foi para o exílio, onde se juntou ao movimento *antiapartheid* britânico. Em 1972, tornou-se pesquisadora da Universidade de Manchester e, um ano depois, começou a lecionar na Universidade de Durham. Seu trabalho acadêmico e seu ativismo político mantiveram-se centrados no continente africano.

Em 1977, Ruth First mudou-se para Moçambique, onde foi nomeada professora e diretora de pesquisa do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. O compromisso panafricanista de Ruth First era evidente, e ela declarou: “Eu me considero uma africana e não há causa que me seja mais cara”. Ela pesquisou a vida dos trabalhadores migrantes, particularmente aqueles que trabalhavam nas minas de ouro sul-

-africanas e depois expandiu seus interesses para o trabalho pioneiro em todo o continente africano. Como apontado por Adekeye Adebajo, a obra de Ruth First, no verdadeiro espírito do panafricanismo, rejeitou a falsa dicotomia imperialista entre a África subsaariana e o norte da África. Notavelmente, o trabalho de Ruth First não olhou apenas para o impacto das nações imperiais ocidentais na África, mas também para as ambições imperialistas do Estado do *Apartheid* na África Austral – por meio de seus ataques à soberania dos países, sua ocupação do Sudoeste Africano (atual Namíbia) e a exploração das classes trabalhadoras africanas nos países vizinhos por meio do sistema de trabalho imigrante. Seu compromisso com uma visão panafricana foi enriquecido por ter vivido na Tanzânia e em Moçambique.

Grande parte de sua obra escrita na década de 1970 tornou-se inovadora no campo de estudos marxistas. *The Barrel of a Gun: Political Power in Africa and the Coup d'état* [O cano de uma arma: o poder político na África e o golpe de Estado] (1970); *The South African Connection: Western Investment in Apartheid* [A conexão sul-africana: o investimento ocidental no *Apartheid*] (1972; coautoria); *Líbia: The Elusive Revolution* [Líbia: a revolução indescritível] (1974); e *The Mozambican Miner: A Study in the Export of Labour* [Os mineiros moçambicanos: um estudo sobre a exportação de mão de obra] (1977), que faz parte desta coletânea, mostram o rigor e a inovação de seu estudo. Além disso, *Olive Schreiner: A Biography* [Olive Schreiner: uma biografia] (1980), coescrito com Anne Scott, evoca o interesse de toda uma vida de Ruth First no papel particular das mulheres em uma sociedade capitalista patriarcal.

Ao lado de tantos outros radicais do passado, Ruth First foi apropriada pelo liberalismo anódino que agora domina setores significativos da academia e da mídia sul-africana. Suas orientações políticas comunistas e panafricanistas raramente são mencionadas, e a natureza radical de seu jornalismo e trabalho é amplamente ocultada.

A reconstituição de um movimento de esquerda viável na África do Sul deve ser um projeto voltado para o futuro, enraizado em novos modelos, que sejam apropriados para os novos tempos. Mas Ruth First permanece como um modelo de compromisso comunista, um farol brilhante iluminando com paixão.

## Pretória conquistada pelas mulheres!<sup>1</sup>

Joanesburgo – Em uma manifestação multirracial contra uma lei injusta, quase 2 mil mulheres marcharam em Pretória na semana passada, em direção aos *Union Buildings*,<sup>2</sup> para apresentar suas demandas a quatro ministros.<sup>3</sup>

Pretória nunca tinha visto nada parecido antes. Superando todos os obstáculos colocados em seu caminho, grandes e pequenos, as mulheres vieram de todas as partes da África do Sul para participar da manifestação. Por horas, elas lotaram as escadarias dos

<sup>1</sup> Discurso de protesto proferido nos Union Buildings, em Pretória, *New Age*, 3 de novembro de 1955. Extraídos de D. Pinnock, *Voices of Liberation*, v. 2: Ruth First, Pretória: Human Sciences Research Council Publishers, 1997.

<sup>2</sup> Os Union Buildings, em Pretoria, são a sede oficial do governo da África do Sul. (N. E.)

<sup>3</sup> Em 1955, o governo sul-africano declarou que as mulheres africanas que viviam em municípios urbanos (áreas residenciais periféricas segregadas e destinadas a residentes negros) seriam obrigadas a comprar novas autorizações de entrada a cada mês. Esta foi uma nova adição às Leis de Passe – um sistema de passaporte interno projetado para segregar as chamadas raças, limitar drasticamente a mobilidade da população africana, restringir e controlar a urbanização e designar o trabalho migrante oficialmente sancionado. Em 27 de outubro de 1955, cerca de 2 mil mulheres sul-africanas marcharam até a sede oficial do governo sul-africano, os Union Buildings, para protestar contra essas e outras leis que reforçavam uma sociedade racialmente opressiva. Essa mobilização foi um passo crítico na participação organizada das mulheres no movimento *antiapartheid*, pois, menos de um ano depois, mais de 20 mil mulheres embarcariam na histórica Marcha Multirracial Anti-Passe para Pretória, em 9 de agosto de 1956, agora comemorado como o Dia da Mulher. (N. E.)

Union Buildings e se reuniram nos saguões enquanto as dirigentes tentavam entregar os formulários da petição já assinados.

Os ministros fugiam delas – então as mulheres deixaram os formulários da petição na porta de seus gabinetes para garantir que os vissem quando finalmente retornassem para suas salas.

A polícia recorreu a todo tipo de estratagema para deter a manifestação. As mulheres foram proibidas de realizar reuniões ou passeatas. O Conselho de Transportes, no último minuto, recusou as licenças para os ônibus.

Os serviços ferroviários recusaram o pedido de vagões especiais feito pela Federação das Mulheres Sul-Africanas.<sup>4</sup> Quando as mulheres se apresentaram pela manhã nos guichês de compras de passagens, os balconistas de algumas estações se recusaram a vender passagens a Pretória para qualquer mulher. Carros foram parados nas estradas que levavam a Pretória, táxis foram multados e grandes contingentes de mulheres foram detidas em delegacias de polícia.

Mas as mulheres eram invencíveis. Elas estavam determinadas a chegar aos Union Buildings. E assim o fizeram!

Ao todo, 1.600 mulheres convergiram para Pretória, ficando sentadas por horas do lado de fora da estação de Pretória enquanto um serviço de táxis e carros particulares era organizado para levá-las aos Union Buildings. Durante horas na manhã de quinta-feira, 26 de outubro, houve um fluxo interminável e colorido de mulheres, muitas carregando seus filhos, serpenteando pelos lindos jardins do governo e pelo anfiteatro. Elas encheram o grande semicírculo de granito – triunfantes por haverem chegado, ficando mais exultantes a cada hora que passava e ao ver seu número aumentando, mas calmas, disciplinadas e quietas em seu protesto unânime contra pas-

<sup>4</sup> Formada em 1954, a Federação Sul-Africana de Mulheres era uma organização multirracial de mulheres que fazia parte da Aliança do Congresso, mais ampla, e que era um conjunto de organizações ligadas ao Congresso Nacional Africano. A Marcha das Mulheres de 1956 foi uma das maiores conquistas da Federação. (N.E.)

ses para mulheres africanas, a Lei de Educação Bantu, o Registro da População, a Lei das Áreas de Grupo, a Lei de Supressão do Comunismo, a Proposta de Emenda às Leis Criminais, a Lei de Segurança Pública e todas as demais leis opressivas.<sup>5</sup>

Desde as primeiras horas da manhã, as mulheres começaram a se reunir em pontos de encontro combinados em seus municípios. Elas vieram com seus bebês, carregando cestos com comidas, malas e porta-papéis; algumas com cobertores, várias com guarda-sóis enormes. Muitas encontraram o caminho bloqueado no último minuto, mas, implacáveis, contornaram os obstáculos.

As mulheres de Natalspuit descobriram que seus ônibus haviam sido cancelados e que os motoristas dos caminhões alugados haviam sido ameaçados com processos pela polícia, caso transportassem as mulheres. Assim, elas partiram para a estação de Germiston – a uma distância de aproximadamente 13 quilômetros – e lá compraram suas passagens para Pretória.

As mulheres de Orlando foram informadas pelo balconista de que nenhuma passagem seria vendida para mulheres. Algumas conseguiram encontrar homens para comprar suas passagens, outras perseveraram e os balconistas retomaram a venda de passagens para todos os viajantes duas horas depois.

<sup>5</sup> A Lei de Educação Bantu referia-se à educação inferior reservada aos africanos para garantir mão de obra barata, não qualificada e semiquificada. Em 1950, a Lei de Registro da População começou a exigir que as pessoas fossem identificadas e registradas desde o nascimento como um dos quatro grupos raciais distintos: branco, mestiço, bantu (africano) e outro (indiano e asiático), enquanto a Lei das Áreas de Grupos obrigava esses grupos a viver em áreas segregadas. No mesmo ano, a Lei de Supressão do Comunismo foi usada para reprimir organizações que defendiam a igualdade racial, forçando grupos como o CNA e o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA) a entrar na clandestinidade. Em 1953, proposta de Emenda à Lei Criminal e a Lei de Segurança Pública foram aprovadas em resposta à Campanha de Desobediência de 1952, uma campanha não violenta de resistência em massa na qual os manifestantes realizaram atos de desafio e desobediência civil. Essa campanha ganhou atenção internacional. (N.E.)

As mulheres de Germiston partiram de trem, ao custo de 307 por passagem. As mulheres de Brakpan compraram suas passagens por 202. A estação de Benoni recusou-se a vender passagens para Pretória para mulheres. O povo de Alexandra embarcou no ônibus da Public Utility Transport Corporation (PUTC) para Pretória. A oito quilômetros de Pretória, o ônibus foi parado, encaminhado à delegacia de polícia e mantido ali por duas horas. Depois disso, a polícia teve que liberar o ônibus. As mulheres de Alexandra chegaram ao anfiteatro quando o protesto já havia terminado, a tempo de ver as últimas mulheres descendo os degraus. Mas elas chegaram lá!

Muitas mulheres de Marabastad, em Pretória, foram mantidas sob custódia policial e liberadas apenas quando o protesto já havia terminado.

De Bloemfontein, o Congresso do Estado Livre [Free State Congress] enviou uma delegação de cinco mulheres para participar do protesto. As mulheres vieram de Klerksdorp e Rustenburg.

Uma fábrica de roupas de Joanesburgo fechou por todo esse dia; as trabalhadoras estavam em Pretória.

As mulheres indianas estavam lá em seus maravilhosos saris; mulheres mestiças dos distritos e das fábricas mestiças;<sup>6</sup> um grupo de mulheres europeias fez um excelente trabalho ajudando a organizar o transporte.

Uma velha africana, meio cega, trouxe sua neta para auxiliá-la. As religiosas africanas estavam lá, com seus brilhantes azuis e brancos; mulheres *dingaka* (herbalistas) com suas contas e peles e todos os seus enfeites; jovens trabalhadoras fabris elegantemente vestidas e emancipadas; donas de casa e mães; empregadas domésticas e lavadeiras; e, mantendo as delegações unidas

<sup>6</sup> O termo “mestiço” [*coloured*] foi usado nas colônias britânicas na África, bem como no Sudoeste da África (atual Namíbia), para se referir a pessoas de origens raciais misturadas. Embora muitas vezes contestado, continua sendo um termo oficial utilizado por vários Estados, incluindo a África do Sul.

e dando ao grande encontro aquela disciplina impressionante, as mulheres do Congresso, que começaram esse protesto cerca de oito semanas antes, percorrendo as localidades e municípios quando o Congresso Mãe deliberou sobre o tema.<sup>7</sup>

Às 10h30, os primeiros grupos de mulheres já se encontravam ao pé dos Union Buildings, e começava a caminhada em direção ao anfiteatro. Por duas ou três horas, houve um fluxo constante de mulheres subindo e, quando chegaram ao anfiteatro, cada mulher (e eram poucas as que não estavam ofegando e resfolegando) entregou seu formulário da petição já assinado a quatro mulheres das quatro organizações posicionadas ali para recebê-las.

Em seguida, as mulheres sentaram-se em volta do anfiteatro. Durante todo o tempo, elas permaneceram sentadas em silêncio, e a multidão foi crescendo à medida que a manhã passava. Das janelas e varandas dos Union Buildings, o funcionalismo público assistia com espanto a esta impressionante manifestação. A pilha de formulários cresceu até chegar a 1.600.

Da cúpula, a sra. Helen Joseph, a sra. Lillian Ngoyi, a srta. Sophia Williams e a sra. Rahima Moosa anunciaram que entregariam os formulários aos ministros. Eles se afastaram com um grande grito de “Afrika” e a saudação do polegar levantado.<sup>8</sup> As mulheres continuaram sentadas em silêncio.

<sup>7</sup> A Aliança do Congresso foi uma frente conjunta *antiapartheid* formada em 1954 que unia forças políticas do CNA, do Congresso Indiano Sul-Africano, do Congresso Sul-Africano de Pessoas Mestiças, do Congresso Branco Sul-Africano de Democratas e do Congresso Sul-Africano de Sindicatos em uma frente unida multirracial conhecida como Aliança do Congresso. Em 26 de junho de 1955, o Congresso do Povo da Aliança do Congresso, realizado em Kliptown, Joanesburgo, publicou sua Carta da Liberdade, reunindo demandas por direitos políticos e socioeconômicos de ativistas *antiapartheid* em todo o país. (N.E.)

<sup>8</sup> Helen Joseph (1905-1992) foi membra-fundadora do Congresso dos Democratas da África do Sul. Lillian Ngoyi (1911-1980), que trabalhava como maquinista em uma mina, se tornaria a primeira mulher eleita para o comitê executivo do CNA. Sophia Williams-Du Bruyn foi uma das fundadoras do

Seguidas por repórteres e fotógrafos e com a Seção Especial nunca muito longe, as quatro foram primeiro ao escritório do dr. Verwoerd, ministro de Assuntos Internos, que apenas uma semana antes havia dito às mulheres que suas políticas deveriam ser alvo de “elogios, não de protestos”.<sup>9</sup> A porta estava trancada (era hora do almoço), então uma pilha de protestos foi deixada no cachopo para aguardar a volta do ministro. No gabinete do ministro da Justiça, uma “*niksvermoe-dende meisie*” [“garota desavisada”, de acordo com o *Die Transvaaler*] disse com entusiasmo quando as mulheres pediram que ela entregasse os protestos ao ministro: “Certamente!”

Quando as quatro voltaram ao anfiteatro e relataram que haviam entregado os protestos, o silêncio foi novamente quebrado quando as mulheres se levantaram para cantar *Nkosi Sikelele* e o som e a harmonia ecoaram das fileiras de mulheres.<sup>10</sup>

Então elas saíram em fileiras do anfiteatro e desceram os jardins a caminho de casa.

---

SACTU. Aos 18 anos, ela era a mais jovem entre as lideranças da Marcha das Mulheres. Comissária sindical do Sindicato dos Trabalhadores de Alimentos e Conservas da Cidade do Cabo, Rahima Moosa (1922-1993) envolveu-se com o CNA por meio de seu trabalho anterior com o Congresso Indiano do Transvaal. Ela estava grávida na época da Marcha das Mulheres.

<sup>9</sup> A Divisão Especial era a ala de segurança e inteligência da Polícia sul-africana. Apelidado de “Arquiteto do *Apartheid*”, o dr. Hendrik Verwoerd (1901-1966) foi o principal responsável por conceber o sistema de opressão racial que foi construído por meio de um programa maciço de remoções forçadas rurais e urbanas para áreas racialmente segregadas, acesso racialmente determinado a empregos e imposição de uma educação inferior para os negros. Ele declarou, de forma infame, que os africanos não deveriam ter aspirações além de serem “cortadores de madeira e puxadores de água”. Em 1958, tornou-se o último primeiro-ministro da União da África do Sul (1910-1961), retirando o país da *Commonwealth* britânica. Ele liderou o Partido Nacional Afrikaner até ser assassinado por Dimitri Tsafendas, um comunista independente, em 1966.

<sup>10</sup> Originalmente composto como um hino cristão em 1897, *Nkosi Sikelel'i Afrika* [Deus abençoe a África] foi considerado um hino de libertação em todo o sul da África. Versões da canção aparecem nos hinos nacionais da Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, entre outros. (N. E.)

Nenhuma ordem foi dada e não houve alvoroço, confusão, pânico ou quaisquer contratemplos. O protesto silencioso foi desenvolvido pelas próprias mulheres. Com sua dignidade, disciplina e determinação, elas levaram a vitória para casa.

# A África do Sul hoje<sup>1</sup>

“Se você tivesse que enfrentar nossos problemas, agiria como nós.” Este é o teor dos argumentos utilizados pelos sul-africanos brancos, sob ataque pelas políticas implementadas em seu país, para se defender. A convicção de que seu país se tornara o bode expiatório do mundo deu aos sul-africanos um ar de ofendidos. As declarações dos direitos do homem, da igualdade de oportunidades, o preâmbulo da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as sucessivas convenções da Organização Internacional do Trabalho são importantes. Elas podem até ser aplicáveis a outros países, mas não à África do Sul. No extremo sul do continente africano, diz o argumento, existe uma sociedade complexa e multirracial na qual a civilização ocidental está em jogo.

A África do Sul se considera o farol da eterna manutenção da supremacia branca no continente. Governos surgiram e desapareceram, partidos se formaram e se fundiram na vida política do país, mas a política de dominação branca permaneceu constante. O atual Governo Nacionalista é o defensor mais extremo do gover-

<sup>1</sup> Fonte: *Africa Speaks*, 1961. Extraído de D. Pinnock, *Voices of Liberation*, v. 2: Ruth First, Pretória: Human Sciences Research Council Publishers, 1997.

no de supremacia branca, mas sua base foi lançada muito antes de 1948, quando chegou ao poder sob liderança de Malan.<sup>2</sup>

A política oficial, que rege as relações entre o grupo dominante de 3 milhões de brancos e a maioria (quase 10 milhões) de africanos, é hoje conhecida como *Apartheid*. Ainda assim, em diferentes períodos, foi apresentado de distintas formas, como segregação, tutela, preservação da civilização branca e desenvolvimento segregado. Seja como segregação ou tutela, sob o governo de Smuts como primeiro-ministro, ou baixo as últimas modificações na política de *Apartheid* do Governo Nacionalista, todos negam o princípio ou a prática da igualdade racial em uma sociedade comum.<sup>3</sup>

Que o homem branco é dominante, não há dúvida. Mas isso, diz o argumento, é porque ele é civilizado e superior, não porque é branco. Todo um folclore de mitos e lendas para justificar o racismo foi se formando ao longo dos anos, e os contos variam de acordo com o narrador e o público.

Há a alegação, feita pelos brancos, de que estes teriam chegado ao extremo sul do país o mais tardar quando os primeiros imigrantes de língua bantu da África Central cruzaram o Limpopo, na fronteira norte da União, uma alegação considerada importante o suficiente para ser usada pelo representante da África do Sul perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Há a alegação de que o *Apartheid* é a palavra de Deus e que a segregação racial

<sup>2</sup> D. F. Malan (1874-1959) ocupou o cargo de primeiro-ministro da África do Sul de 1948 a 1954. O governo sul-africano começou a implementar a política do *apartheid* durante esses anos. (N.E.)

<sup>3</sup> Jan Smuts foi um importante soldado, político, filósofo e ideólogo da supremacia branca. Uma figura relevante por trás da formação da *Commonwealth* britânica, da Liga das Nações e das Nações Unidas. Smuts esteve envolvido no surgimento da ordem liberal pós-Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que criava o domínio branco segregacionista na África do Sul. Durante seus mandatos como primeiro-ministro (1919-1924 e 1939-1948), a agitação social prevaleceu com a Revolta de Rand, o Massacre de Bulhoek e a Rebelião de Bondelswarts, todos entre 1921 e 1922. O Partido Nacional foi o principal partido político do nacionalismo africâner. (N.E.)

está especificamente ordenada na Bíblia. Há a alegação de que os africanos não contribuíram em nada para a “civilização” e que o africano, não apenas na União, mas também em outras partes do continente, não teria história, mas apenas toda uma vida levada na selvageria. Há a convicção de que os africanos são diferentes do homem branco em uma variedade de formas, difíceis de definir. O obscurantismo sul-africano hoje, sob os nacionalistas, chega ao ponto de excluir o ensino da evolução do currículo escolar porque esta pregaria a unidade da humanidade. Cria bases legais para que o *Apartheid* seja aplicado em serviços de transfusão de sangue de forma que, independentemente de seus grupos sanguíneos, a vida de nenhuma pessoa branca jamais tenha que ser salva por sangue colhido de um doador africano; e proíbe que autópsias em cadáveres brancos sejam feitas por médicos africanos.

A inventividade de Jonathan Swift empalidece diante das realidades sul-africanas e, de fato, foi dito que na União a vida melhora com a sátira, embora nem todas as lendas populares que compõem esse folclore racial sejam igualmente desprovidas de requinte ou sutileza. No entanto, a maioria das variações compartilha o conceito básico de que o africano é diferente e inferior e que a civilização seria prejudicada por sua admissão na sociedade como um igual.

Este argumento tem duas fragilidades gritantes. Se os africanos são inerentemente inferiores, certamente não deveria ser necessário legislar para mantê-los assim. Os livros jurídicos da África do Sul estão repletos de estatutos que reservam empregos qualificados para brancos; um sistema especial de educação bantu foi instituído para garantir que os africanos não encontrem lugar, nas palavras do primeiro-ministro da União, Dr. H. F. Verwoerd, “na comunidade europeia acima do nível de certas formas de trabalho”; e os esforços continuam para transformar trabalhadores das fábricas urbanas novamente em membros tribais.

A segunda fragilidade no argumento de que a civilização seria prejudicada se o africano fosse admitido como igual é a suposição

não sustentada de que o africano nunca conseguiria se aproximar da civilização – mesmo depois de gerações dentro do processo civilizador – como se houvesse alguma herança genética e imutável, qualidade com a qual apenas os brancos estariam equipados, e que os africanos nunca teriam.

A experiência africana na União mostra que as oportunidades não se expandiram, mas encolheram. Por exemplo, no passado, à medida que mais africanos se qualificavam para garantir seu direito ao voto, as qualificações iam sendo alteradas para colocar o voto cada vez mais longe de seu alcance até que, finalmente, o direito ao voto para os africanos foi totalmente abolido. É um reflexo bastante contundente da “missão civilizadora” dos brancos na África Austral o fato de que, depois de 300 anos, os africanos ainda estejam tão atrás que devam ser totalmente excluídos de compartilhar esta civilização, para que não a poluam. O racismo tem sido um fator essencial na técnica de dominação na União. Transferiu para os próprios ombros do africano a culpa de qualquer atraso. A solução para o problema racial tem sido proposta principalmente como uma quebra gradual do preconceito racial durante um longo período – longo o suficiente tanto para civilizar os primitivos quanto para reeducar os civilizados na tolerância –, e essa abordagem desviou a atenção do problema principal. Pois, acima de tudo, o racismo sobrepôs a natureza da dominação e da exploração e instrumentalizou o preconceito de cor para obscurecer as técnicas de dominação. Onde o privilégio pode coincidir com a cor, ele se torna muito mais arraigado e intocável. E onde a cor da pele branca pode se tornar o distintivo de privilégio que dá aos brancos acesso exclusivo a ofícios e profissões qualificadas, concedendo-lhes o monopólio da representação política e das oportunidades de negócios, um quarto da população pode ser persuadido a ver a manutenção da “civilização branca” (ou domínio) como condição para sua própria prosperidade e sobrevivência contínuas.

A presença de diversos grupos raciais na União permitiu à África do Sul alegar que sua situação é única e não deve ser julgada

pelos padrões internacionais. Na realidade, porém, seus problemas têm sido característicos de um país que se desenvolve rapidamente em direção à sua fase industrializada, com as necessidades concomitantes de uma grande força de trabalho divorciada da terra e direcionada para o trabalho assalariado. Longe de serem únicos, esses problemas tiveram seu equivalente em muitos países, mesmo naqueles com populações homogêneas. Em *Caste, Class and Race* [Casta, classe e raça], Oliver Cox argumenta: “De fato, o proletariado branco dos primórdios do capitalismo teve que suportar o fardo da exploração bastante semelhante ao que muitas pessoas de cor precisam suportar hoje”, e demonstra que, para justificar esse tratamento, argumentava-se que os trabalhadores eram intimamente degradados e degenerados e, conseqüentemente, mereciam sua condição.<sup>4</sup>

As Leis de Cercamento, que forçaram o campesinato a migrar para os moinhos e fábricas da Inglaterra recém-industrializada, têm seu paralelo no Sistema de Reservas da União, que restringe o acesso de 70% da população a apenas 10% da terra. A pobreza resultante, aliada à pesada tributação, impele os africanos a trabalhar nas áreas de trabalho branco. As leis de vadiagem que lembram as da Inglaterra durante a Revolução Industrial tornam o desemprego uma ofensa e a ociosidade um pecado. O objetivo do sistema educacional para os pobres não é a aprendizagem, mas sim ensinar-lhes o trabalho e a humildade, de modo a proteger a boa ordem de uma sociedade que vê os esforços dos pobres e humildes para se emancipar como uma ameaça à sua própria natureza.

A África do Sul entrou na fase industrial há apenas uma geração e muito depois dos primeiros países desenvolvidos, em um período em que as lições da história já eram conhecidas e situações similares poderiam ter se mostrado instrutivas. Mas o racismo serviu para tornar opacas as semelhanças e embotar o exemplo,

<sup>4</sup> Cox, Oliver C. *Caste, Class, and Race: A Study in Social Dynamics*. Nova York, NY: Monthly Review Press, 1959, p. 333.

não apenas desviando a atenção da estrutura básica da economia da África do Sul, mas também ocultando a intensidade da exploração e a taxa excessiva em que a riqueza é acumulada, sem nenhum cuidado com o bem-estar humano.

Esta realidade aplica-se, em geral, tanto ao vizinho imediato da União ao norte, a Federação Centro-Africana, como à África do Sul.<sup>5</sup> No entanto, com o bruto racismo sob forte ataque de todos os lados no século XX, tanto a União quanto a Federação acharam necessário modificar suas formas, ceder aqui e ali à pressão pública da opinião esclarecida, inventar novos disfarces para as velhas políticas e tentar confundir e frustrar tanto a oposição africana quanto as outras.

Assim, na Federação, as políticas que são parentes próximos da forma de dominação branca da União são descritas como uma “parceria” e um novo ponto de partida nas relações raciais. Na União, o Governo Nacionalista, apesar de toda a sua intransigência e desprezo pela opinião internacional, foi compelido a tentar apresentar suas políticas raciais em uma perspectiva mais favorável.

Os governos da África do Sul, totalmente brancos, fizeram muitas tentativas de reformar a velha casa com variados níveis de sucesso. Se o Governo Nacionalista conseguiu dar a impressão a alguns na União de que está avançando em vez de retroceder, fazendo concessões onde o calo mais apertado, isso se deve em grande parte ao fato de a supremacia branca estar enraizada na estrutura básica da África do Sul e ter tido muitas e longas décadas para se entrincheirar.

Desde os primeiros contatos, a história do povo africano tem sido de constante expropriação das suas terras, processo concluído e legalizado em 1913 com a aprovação da primeira Lei de Terras,

<sup>5</sup> A Federação da Rodésia e Niassalândia, também conhecida como Federação Centro-Africana ou CAF (1953-1963), foi uma federação colonial que consistia em três territórios da África Austral: a autogovernada colônia britânica da Rodésia do Sul (Zimbábue) e os protetorados britânicos da Rodésia do Norte (Zâmbia) e Niassalândia (Malawi).

que confinou milhões de africanos em áreas demasiadamente pequenas para que fosse possível prover seu sustento e o de seus rebanhos. A política fundiária da União, ao lado da tributação, tem sido o elemento impulsionador que tem obrigado os membros das tribos a migrar e trabalhar em áreas urbanas por baixos salários. A rápida expansão da mineração de ouro, diamante e metais básicos e o desenvolvimento da indústria levaram à aceleração do processo. Enquanto os africanos pudessem desfrutar da vida de subsistência como camponeses, eles não poderiam ser pressionados a servir. A mão de obra migrante arruinou a agricultura africana ao esvaziar as reservas de homens fisicamente aptos por longos períodos e, ao mesmo tempo, subscreveu o sistema de baixos salários. A justificativa apresentada para a política é que esses homens são camponeses que aumentam sua renda rural com períodos de trabalho em minas ou cidades.

Outra importante consequência da supremacia branca foi a descentralização da segregação por meio do governo municipal local. A primeira Lei de Áreas Urbanas, introduzida pelo governo Smuts em 1923, incorporava um princípio formulado por uma Comissão que afirmava: “O nativo só deve ter permissão para entrar nas áreas urbanas, que são essencialmente criação do homem branco, quando estiver disposto a ingressar nas necessidades do homem branco e cuidar delas, e deve partir quando cessar de cuidar”. Reforçando esses pilares principais da política de segregação ou *Apartheid* estão as dezenas de apoios secundários: as leis que impõem a segregação residencial e negam aos africanos o direito de propriedade nas cidades; a negação da formação técnica e da aquisição de competências aos africanos; a aberrante disparidade entre salários qualificados e não qualificados; as leis que controlam a liberdade de movimento, que são um dispositivo vital para bloquear o direito do trabalhador africano de concorrer a empregos nos melhores mercados de trabalho. Os nacionalistas assumiram todos esses aspectos básicos da política de segregação, mas os aplicaram com mais rigidez e com mais brutalidade e meticulosidade do que qualquer governo anterior.

Anos de imposição da discriminação racial não contra um grupo minoritário, mas contra a esmagadora maioria do povo da União, deram à supremacia branca uma nova justificativa para se sustentar. Agora existe o medo da vingança, dos africanos se voltando contra seus opressores, do surgimento de um chamado nacionalismo negro contra o qual os brancos devem se defender. A tradicional política de segregação, ou *Apartheid*, é a única maneira, agora defendida com vigor reforçado, de evitar os choques que necessariamente devem surgir onde convivem diferentes raças.

As Reservas Africanas se tornarão lares nacionais Bantu, sete pequenos Estados ao todo, com sua própria maquinaria representativa, comissários-gerais para manter a conexão com a capital em Pretória e embaixadores tribais nas cidades para manter os trabalhadores urbanos sob influência e controle tribal. Comissões foram nomeadas para fornecer a justificativa teórica para a criação desses Estados imaginários dentro do Estado da África do Sul e para planejar o desenvolvimento socioeconômico dos novos lares nacionais. Simultaneamente, os últimos remanescentes da representação africana no Parlamento e no Senado foram abolidos e os últimos fios que ligavam os africanos às instituições políticas em geral foram cortados. De agora em diante, chefes, autoridades tribais e seus representantes nas cidades e no campo administrarão as leis do *Apartheid* como uma considerada “restauração” de seus antigos direitos tribais. Isso nada mais é do que uma nova tentativa de modernizar os métodos de governo indireto que falharam em administrações coloniais em tantas partes do continente.

O plano dos bantustões é um pretexto engenhoso para tratar os africanos como estrangeiros em seu próprio país, exceto nas pequenas Reservas a serem conhecidas como seus “Estados”. Os direitos dos africanos que ainda sobrevivem nas cidades serão apagados, e os africanos serão permitidos apenas como trabalhadores temporários sob a alegação de que gozam de plenos direitos em suas próprias áreas. Mas em suas próprias áreas, os africanos sob seus chefes, que ocupam cargos apenas enquanto concordam em

cumprir a linha do governo, serão administrados pelas leis aprovadas pelo Parlamento da União e supervisionadas e implementadas pelo Departamento de Administração Bantu, que controla a vida africana em todos os detalhes com seus tentáculos de polvo.

Ao inaugurar uma dessas autoridades tribais, o primeiro-ministro da União disse aos africanos:

O homem branco também teve sua árvore do desenvolvimento separado plantada há muito tempo. Já cresceu e dá frutos. Para progredir, o Bantu também deve ter essa árvore. Eles não devem sentir ciúmes ao olhar para o jardim de outro homem. Cuide de sua própria arvorezinha e ela se tornará grande.<sup>6</sup>

A hipocrisia da parábola reside no fato de que foram os africanos, assim como outros, que cuidaram e continuaram cuidando da árvore do homem branco. E como o posseiro ou meeiro da União que cultiva seu lote precário apenas depois de passar a maior parte do ano trabalhando na terra de seu senhor, ele deve cuidar de sua árvore apenas depois de cuidar da do homem branco, para então ser informado de que a dele não floresceu como a do homem branco porque ele é preguiçoso e porque seus métodos agrícolas são retrógrados e antiquados.

O programa mais detalhado e abrangente de demandas não brancas é o da principal organização política dos africanos, o CNA, à qual se juntam em aliança os Congressos do Povo Nativo [o South African Indian Congress], dos mestiços [o South African Coloured People's Organization] e a única federação sindical não racial do país [o South African Congress of Trade Unions].

O produto desses esforços se refletiu concisamente na Carta da Liberdade, que foi adotada em uma assembleia de delegados de todas as raças em junho de 1955, após um esforço nacional para averiguar as demandas e as necessidades das pessoas comuns em todas as esferas da vida. Esta carta é o mais radical dos programas

<sup>6</sup> Duma Nokwe, "Bantu Areas – Machinery of Oppression", *Liberation*, 30 de março de 1958.

políticos em curso no país e, de forma bastante significativa, constitui a principal prova da acusação no julgamento por traição.

A política do movimento do Congresso – os principais redatores da carta – é baseada em dois pressupostos essenciais estreitamente relacionados entre si. O primeiro é o reconhecimento de que, com o monopólio completo do governo nas mãos dos brancos e um partido de oposição em declínio e prejudicado por delimitações fraudulentas e outros obstáculos eleitorais e constitucionais, seria quase um milagre que mudanças de longo alcance na política nacional sejam conquistadas por meio do Parlamento. O segundo é o reconhecimento, estabelecido no preâmbulo da carta, de que “a África do Sul pertence a todos os que vivem nela, negros e brancos, e nenhum governo pode reivindicar autoridade com justiça a menos que seja baseado na vontade de todo o povo”.

A carta é tanto um apanhado das demandas quanto uma declaração dos princípios básicos do movimento do Congresso. Em grande medida, é uma reivindicação de direitos que passaram a ser reconhecidos como parte da herança de todos os homens na era moderna. Entre elas estão demandas como: os direitos das pessoas devem ser os mesmos, independentemente de raça, cor ou sexo; ninguém será preso sem um julgamento justo; a lei garantirá a todos o direito de falar, adorar, se reunir. Todos os que trabalham devem ser livres para formar sindicatos; a educação deve ser obrigatória, gratuita e igual para todas as crianças; o analfabetismo da população adulta será erradicado por meio de um plano estadual de educação em massa. Os idosos, os órfãos, os deficientes e os doentes deverão ser cuidados pelo Estado, os espaços segregados e os guetos serão abolidos e as leis que separam as famílias, revogadas. O banimento de pessoas de cor no esporte e na vida cultural deve acabar; um sistema de saúde preventiva deve ser implementado pelo Estado, e assim por diante, para cada uma das dez seções principais e 56 cláusulas da carta.

Aqui não há concessão à teoria de que a educação deve ser uma qualificação para o voto, que os membros mais “atrasados”

da comunidade devem ser primeiro preparados para a responsabilidade cívica para apenas depois serem incumbidos dela. Aqui não há nenhuma proposta para que os não brancos, em vez de se preocuparem com o voto, se concentrem em atender às necessidades mais “urgentes” de melhores moradias, salários adequados e outros serviços para a sociedade. A política do Congresso é enfática: apenas os direitos políticos são uma garantia contra uma legislatura que ignora contínua e brutalmente os interesses da maioria da população. Completamente ausente da carta está qualquer sugestão de que reformas graduais e a revogação dessa legislação discriminatória serão adequadas para produzir qualquer mudança substancial na situação total de discriminação.

Como inverter um padrão de 300 anos de dominação branca? A carta afirma em uma de suas cláusulas sobre economia: “Todas as pessoas devem ter o direito de negociar onde quiserem, de produzir e ter acesso a todos os setores, ofícios e profissões”. Mas uma mera proclamação de direitos sem qualquer mudança correspondente na ordem das coisas que torna todos esses campos cativos aos brancos, dá-lhes pouco significado.

O Congresso está comprometido com uma política de superação da pobreza rural, banindo a fome e a escassez de terras, demolindo favelas, garantindo pagamento igual para trabalhos iguais e acabando com o trabalho migrante, infantil e temporário. Tudo isso depende da quebra do padrão socioeconômico dominante no país. Monopólios gigantes na indústria de mineração de ouro, ligados a interesses financeiros e industriais e grupos agrícolas entrincheirados, possuem e controlam a riqueza nacional do país e moldam esse padrão básico. A carta defende que “a riqueza nacional do país será devolvida ao povo, a riqueza mineral sob o solo, os bancos e a indústria monopolista serão transferidos para a propriedade do povo como um todo”.

A nacionalização da indústria básica de mineração de ouro e da indústria monopolista e a redistribuição de terras, que são fundamentais para solucionar o problema central de elevar o *status*

econômico dos não brancos, não são necessariamente sinônimos de socialismo, e o Congresso não faz nenhuma reivindicação de ter um programa socialista. Este visava, em seu estatuto, refletir as aspirações de todas as classes e grupos na África do Sul que lutam por mudanças democráticas. O teste para as cláusulas da carta era simplesmente: o programa como um todo pode ser implementado sem elas, levando em consideração a natureza da presente ordem?

A situação da África do Sul é complexa porque, embora a grande maioria de seu povo ocupe o *status* colonial e semicolonial, eles não são administrados por um poder dominante que se encontra do outro lado do mar, mas por uma população branca estabelecida em bases bastante seguras dentro da população colonial e aliada aos britânicos, americanos e outros investidores para além de suas fronteiras. Assim como a independência total e sem entraves para qualquer um dos novos Estados emergentes da África significa romper os laços não apenas de dependência política, mas também financeira, a liberdade para a grande maioria do povo da União significa uma ruptura radical com a antiga subjugação em todas as suas formas.

## Da Carta da Liberdade à luta armada<sup>1</sup>

O início da luta armada contra o regime sul-africano deve ser visto em todo seu contexto: a história da África do Sul é de violência organizada exercida contra a maioria do povo. Primeiro, a violência da conquista militar ao longo de três séculos (o último ato de resistência armada foi a Rebelião de Bambatha, no início deste século, em Natal), e depois a violência institucionalizada de um sistema político que entrincheira uma minoria no poder contra a vontade e os interesses de uma maioria que os supera em quatro para um.<sup>2</sup> A história da África do Sul também não é de uma transmissão constante ou mesmo gradual de mais direitos para a maioria, mas sim de uma perda progressiva de direitos, da abolição de qualquer direito político, ainda que limitado, que ainda existisse como ressaca do liberalismo do Cabo do século XIX e o enfraquecimento consistente e, finalmente, a abolição do direito do indivíduo de promover suas liberdades civis e padrões de vida

<sup>1</sup> Discurso proferido na Conferência do Movimento *Antiapartheid*, Londres 1968. Extraído de D. Pinnock, *Voices of Liberation*, v. 2: Ruth First, Pretória: Human Sciences Research Council Publishers, 1997.

<sup>2</sup> A Rebelião de Bambatha de 1906 foi uma revolta rural liderada por Bambatha kaMancinza contra a tributação britânica e a política colonial na província de Natal. (N.E.)

por meio dos tribunais e do uso do Estado de direito, ou por organização política ou sindical.

O protesto não violento foi um princípio do movimento do Congresso durante a maior parte de sua história, desde a fundação do Congresso Nacional Africano (CNA) em 1912. O falecido chefe Luthuli colocou um ponto final nesse período inicial.<sup>3</sup> Em outubro de 1952, questionou:

Quem negará que 30 anos da minha vida foram gastos em vão, paciente, moderada e modestamente batendo em uma porta fechada e trancada? Quais têm sido os frutos da moderação? Os últimos 30 anos testemunharam o maior número de leis restringindo nossos direitos e progressos até hoje, e chegamos ao estágio em que temos direitos a quase nada.

O imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de grandes dificuldades econômicas para o povo africano, e também de um grande surto de organização em sindicatos e movimentos políticos de massa. Mas a política do governo era “sangrar os sindicatos até a morte” (palavras de um ministro sul-africano do Trabalho) e reprimir o levante político. Os primeiros anos do Governo Nacionalista no poder foram uma amostra do que estava por vir: houve um grande aumento na criação de leis repressivas vindas do Parlamento totalmente branco e, um após o outro, os poucos direitos remanescentes dos não brancos foram atacados. O histórico legislativo do Governo Nacionalista já está bastante documentado. O mesmo aconteceu com o crescimento em força e influência do movimento de resistência, que reuniu grandes greves nacionais de protesto e uma impressionantemente disciplinada Campanha de Desobediência Contra as Leis Injustas, durante a qual 8.500 voluntários arriscaram ser presos a fim de chamar a atenção para o efervescente ressentimento dos não brancos e a urgência de suas reivindicações.

<sup>3</sup> O chefe Albert Luthuli foi o primeiro africano a ser laureado com o Prêmio Nobel da Paz, em 1960. Foi também o líder africano mais conhecido e respeitado de sua época, exercendo o cargo de presidente-geral do CNA de dezembro de 1952 até sua morte, em 1967.

As campanhas da década de 1950 representaram os anos de mobilização em massa dos africanos, indianos e mestiços, com o apoio de um pequeno e disperso grupo de brancos antirraciais, e também da elaboração de um programa de objetivos e reivindicações para o movimento de libertação da África do Sul. Este último objetivo culminou no Congresso do Povo, realizado em Kliptown, nos arredores de Joanesburgo, em 26 de junho de 1955.<sup>4</sup> O Congresso foi o clímax de meses de organização em aldeias, fábricas, minas e municípios para fazer com que as pessoas comuns expressassem suas demandas por liberdade. Eles anotaram suas queixas e demandas em resoluções tomadas em centenas de reuniões anônimas, depois elegeram delegados para virem pessoalmente à conferência massiva que adotou a Carta da Liberdade. Suas demandas são bem conhecidas, em geral:

- A África do Sul pertence a todos os que vivem nela, negros e brancos.
- Nenhum governo pode reivindicar com justiça a autoridade até que seja baseado na vontade do povo.
- O povo governará.
- Todos os grupos nacionais devem ter direitos iguais.
- A terra será repartida entre os que nela trabalham.
- Todos serão iguais perante a lei.
- Haverá trabalho e segurança.
- As portas do aprendizado serão abertas, e assim por diante.

A Carta da Liberdade foi o primeiro documento político do movimento de massas de pessoas oprimidas a estabelecer objetivos para uma África do Sul democrática e não racial.

O governo retaliou com a prisão em massa de líderes políticos de todas as raças. Vinte dias antes do Natal de 1956, foi aberto o Julgamento por Traição. Ao todo, 156 líderes políticos de todas as

<sup>4</sup> O Congresso do Povo foi um encontro organizado pela Aliança do Congresso. Visava construir uma base para unir todas as correntes democráticas em torno de um programa comum. (N.E.)

raças estavam no banco dos réus. O Estado os acusou de traição por conspiração para derrubar o governo sul-africano pela violência. O principal foco do processo foi a política do CNA de 1952 a 1956, e todos os documentos escritos por ou em posse de cada um dos 156 réus foram minuciosamente estudados e apresentados como parte do processo pela acusação. O julgamento durou mais de quatro anos e acabou colapsando, ao final. Todos os 156 réus foram considerados inocentes e liberados. As provas do Estado alegando violência haviam sido forjadas. Esta foi a derrota mais ignominiosa do governo nos tribunais e diante dos olhos do mundo. A partir de então, o governo sul-africano começou a circunscrever firmemente os poderes do Judiciário para quebrar a independência que lhe restava, agindo fora dos domínios da lei, por éditos e decretos ministeriais.

Enquanto o Julgamento por Traição ainda estava em andamento, o país foi abalado pelos eventos de Sharpeville, em 1960. Em março daquele ano, a polícia abriu fogo contra os protestos massivos contra o uso do passe em dois centros: em Sharpeville, no Transvaal, onde 69 pessoas foram mortas e 180 ficaram feridos, e em Langa, no Cabo, onde dois morreram e 49 ficaram feridos. O CNA convocou uma greve nacional como dia de luto. O governo vacilou por um momento com o anúncio de que as leis de passe seriam suspensas, e o chefe Luthuli queimou seu passe, seguido por milhares de outros. O governo declarou emergência nacional e o CNA e o Congresso Pan-Africanista foram banidos. Mil e oitocentos líderes políticos foram presos durante o Estado de Emergência.

No ano seguinte, 1961, a África do Sul branca preparava a realização de um referendo para se declarar uma República Nacionalista (Branca). Um comitê *ad hoc* de líderes africanos (que tomou a iniciativa porque as organizações do povo africano foram proibidas) convocou uma conferência geral em Pietermaritzburg para março de 1961 com o objetivo de redigir uma Constituição não racial para a África do Sul e reforçar sua exigência de que o

voto fosse garantido a todos, sem discriminação.<sup>5</sup> A resolução foi apoiada pela convocação de uma greve nacional de protesto. O governo respondeu à greve com a maior mobilização do país desde a Segunda Guerra Mundial, quando o Exército e a Polícia realizaram uma demonstração sem precedentes de força armada para estrangular a greve já em seu início. Mas apesar de tudo, aqueles que resistiram receberam um apoio sólido e expressivo em todo o país. Foi nesse ponto que Nelson Mandela, que liderou a greve na clandestinidade, colocou a questão: “É politicamente correto continuar pregando a paz e a não violência ao lidar com um governo cujas práticas bárbaras trouxeram tanto sofrimento e miséria aos africanos? Não viramos a página sobre esta questão?”

A repressão da greve – com sarracenos [carros de transporte blindados] feitos na Grã-Bretanha – foi o ponto de virada na luta política. Os africanos decidiram que a violência do Estado tornava fúteis os protestos pacíficos.

Os anos 1950 foram testemunha, com o aguçamento das reivindicações africanas e o amadurecimento de sua organização política, de um ataque constante aos seus direitos de organização. Isso começou com a Lei de Supressão do Comunismo em 1950, que deu ao ministro da Justiça poder autocrático para banir qualquer organização, jornal, indivíduo ou política. Os banimentos de sindicalistas e dirigentes políticos, que inicialmente eram de dois anos, foram estendidos para cinco. Homens e mulheres foram restritos a certos distritos magistras, municípios e, finalmente, sob a “Lei de Sabotagem de 1962”, a suas próprias casas. Eles foram proibidos de entrar em fábricas ou áreas portuárias, participar de reuniões, escrever para publicações, entrar em redações de jornais, pertencer a qualquer organização que discutisse assuntos do Estado, se comunicar com outros indivíduos banidos ou serem vistos

<sup>5</sup> *Resolutions of the All-In African Conference*, Pietermaritzburg, 25 e 26 de março de 1961.

na companhia de mais de uma pessoa, uma vez que isso era interpretado como uma reunião ilegal. Os membros da oposição que expressavam abertamente suas opiniões foram condenados a um estado de morte civil, e o movimento político foi esvaziado de seus ativistas por uma ou outra transgressão dentro de uma miríade de restrições legais.

A partir de 1953, o governo outorgou a si mesmo o direito de suspender todas as leis e de governar por decreto em Estado de Emergência. Esses poderes de emergência foram usados não apenas para a repressão após Sharpeville, mas também contra a revolta camponesa em Pondoland, e até hoje a Proclamação 400 no chamado Transkei independente permite ao governo deter qualquer pessoa por qualquer período.<sup>6</sup>

O efeito cumulativo dessas leis draconianas foi transformar a África do Sul em um Estado policial por completo. Organizar-se por direitos políticos, expressar reivindicações políticas, tornou-se um ato de subversão. A expressão política foi levada à clandestinidade e a organização política foi perseguida sob o risco de vitimização, detenção e encarceramento. Era evidente que, para o povo africano, restringir sua oposição apenas aos métodos convencionais e pacíficos seria se render. Quanto mais as organizações políticas demonstraram sua capacidade de organizar o povo africano em seu apoio, mais selvagem foi a repressão desencadeada contra elas. Um beco sem saída de opressão e discriminação contínuas parecia estender-se diante do país.

Em 16 de dezembro de 1961, a uMkhonto we Sizwe [A Lança da Nação] surgiu com uma série de ataques com explosivos contra

<sup>6</sup> Série de revoltas no que é hoje a parte ocidental da província de Cabo Oriental rejeitando as autoridades “tribais” no Bantustão do Transkei, implementadas pela Lei das Autoridades Bantu de 1951. O sistema de Bantustão criou uma hierarquia entre “tribal”, distrital, regional e autoridades territoriais, ao mesmo tempo que aumentava o poder de certos líderes tradicionais designados como “chefes” que, em última instância, eram subordinados ao governo central do *apartheid*. O sistema aumentava os impostos e reduzia a participação popular no processo decisório. (N.E.)

prédios do governo, particularmente aqueles ligados à implementação do *Apartheid*, e com um manifesto que foi colado durante a noite nas paredes dos prédios da cidade:

O povo prefere métodos pacíficos de mudança para alcançar suas aspirações sem a amargura e o sofrimento da guerra civil. Mas a paciência das pessoas não é infinita [...]. O governo interpretou a forma pacífica do movimento como fraqueza; a política de não violência dos povos tem sido tomada como sinal verde para a violência governamental [...] sem medo de represálias. A uMkhonto we Sizwe marca uma ruptura com o passado. Estamos trilhando um novo caminho para a libertação do povo. A política governamental de força, repressão e violência não será mais enfrentada apenas com resistência não violenta! [...]

A uMkhonto we Sizwe estará na linha de frente da defesa do povo. Será o braço de luta do povo contra o governo.<sup>7</sup>

A uMkhonto we Sizwe deveria complementar as ações do movimento de libertação nacional já estabelecidas. O novo movimento, apesar de seu caráter militar, anunciava que não abandonava a esperança e a perspectiva de mudança sem violência na África do Sul:

Nós, da uMkhonto we Sizwe, sempre buscamos, assim como o movimento de libertação tem buscado, alcançar a libertação sem derramamento de sangue e choque civil. Esperamos – mesmo nesta hora tardia – que nossas primeiras ações despertem em todos a compreensão da desastrosa situação política à qual a política nacionalista está levando. Esperamos trazer o governo e seus apoiadores à razão antes que seja tarde demais, para que tanto o governo quanto suas políticas possam ser mudados antes que as coisas cheguem ao estágio desesperador da guerra civil. Acreditamos que nossas ações são um golpe contra os preparativos nacionalistas para a guerra civil e o regime militar.<sup>8</sup>

Enquanto restasse a menor possibilidade de forçar uma reconsideração das políticas oficiais intransigentes, enfatizou a uMkhonto we Sizwe, a luta armada continuaria sendo a forma de luta complementar, não a principal, e o povo, lado a lado com as ações de uMkhonto, lutaria como já vinha fazendo para en-

<sup>7</sup> “uMkhonto we Sizwe Command”, Manifesto da uMkhonto we Sizwe, 16 de dezembro de 1961.

<sup>8</sup> Idem.

contrar todos os meios à sua disposição para conquistar a mudança democrática pelos métodos de ação de massa. O governo respondeu à formação da uMkhonto we Sizwe com a “Lei de Sabotagem”, a Lei de Emenda das Leis Gerais de 1962. Essa lei criou crimes retroativos pelos quais as pessoas poderiam receber a pena de morte, instituiu a base legal para a detenção indefinida de presos políticos – a Lei dos 90 Dias, que foi suspensa em janeiro de 1965, mas substituída alguns meses depois pelos poderes de detenção de 180 dias – e definia sabotagem como praticamente qualquer ação ilegal tomada para promover mudanças econômicas ou políticas. Como praticamente todo tipo de atividade política era agora ilegal, um sindicalista que entrasse à força nas instalações da fábrica ou um africano que participasse de uma greve poderia ser acusado de sabotagem.

A Comissão Internacional de Juristas condenou a lei por reduzir a liberdade do cidadão a um grau não superado pela mais extrema das ditaduras.

A detenção de 90 dias inaugurou o uso oficial da tortura pelo Estado. Onde o confinamento solitário não tivesse o efeito desejado de fabricar confissões de prisioneiros ou forçá-los a se tornarem testemunhas do Estado, a Polícia de Segurança recorria à tortura – a tortura da estátua, o uso de choque elétrico e outras.

O efeito dessa e de outras leis foi abarrotar as prisões de presos políticos. Em nenhum outro lugar a onda de repressão foi administrada de forma mais cruel do que no Cabo Oriental, reduto da militância da CNA, onde, no decorrer de dois anos, a Polícia de Segurança prendeu mais de mil pessoas. Prisões em massa, julgamentos em massa e a dispensação em massa de “justiça” tornaram-se a ordem do dia. O Estado dependia cada vez mais de armadilhas policiais, informantes e da extração bruta de confissões para conseguir evidências. De acordo com os números apresentados pelo ministro da Justiça, 3.335 sul-africanos foram detidos sob várias leis de segurança em 1963. Segundo cálculos de um jornal sul-africano, entre março de 1963 e agosto de 1964,

houve 111 julgamentos políticos em massa nos quais 1.353 pessoas foram acusadas. Destas, 44 foram condenadas à morte, 12 à prisão perpétua e 894 a um total de 5.713 anos de prisão. Entre as primeiras vítimas da pena de morte por sabotagem estavam Vuyisile Mini, líder dos estivadores, e Khayinga e Mkaba, que foram enforcados em 1964.<sup>9</sup>

Em 11 de junho de 1963, a polícia invadiu uma sede clandestina em Rivonia, um subúrbio de Joanesburgo, e prendeu Walter Sisulu, Govan Mbeki, Ahmed Kathrada e outros.<sup>10</sup> O extenso Julgamento de Rivonia dos nove líderes da CNA terminou com a condenação à prisão perpétua desses homens, todos agora detidos na Ilha Robben. Do cais, Nelson Mandela disse:

Admito que fui uma das pessoas que ajudou a formar a uMkhonto we Sizwe. Não nego que planejei atos de sabotagem. Não planejei isso com espírito de imprudência ou porque tenho algum amor pela violência. Planejei-o como resultado de uma avaliação calma e sóbria da situação política que surgiu após muitos anos de tirania, exploração e opressão do meu povo pelos brancos.<sup>11</sup>

Os eventos do início dos anos 1960 convenceram o movimento político africano de que não restava nenhuma perspectiva possível de efetuar mudanças na África do Sul por meios pacíficos. A

<sup>9</sup> Vuyisile Mini (1921-1964) foi um sindicalista e militante da uMkhonto we Sizwe, mais tarde enforcado por seu papel no MK e na resistência *antiapartheid* em 1964. Wilson Khayinga e Zinakile Mkaba eram dois proeminentes líderes do CNA que foram presos e enforcados ao lado de Mini, acusados de sabotagem e outros crimes políticos. (N.E.)

<sup>10</sup> Walter Sisulu (1912-2003) foi um ativista *antiapartheid* e membro do CNA, servindo por vezes como secretário-geral e vice-presidente da organização. Foi detido na prisão de Robben Island, onde cumpriu uma pena de mais de 25 anos. Govan Mbeki (1910-2001) foi um político, intelectual, comandante militar e líder comunista sul-africano que serviu como secretário da uMkhonto we Sizwe em seu início, em 1961. Ahmed Mohamed Kathrada (1929-2017) foi um comunista e importante militante da luta contra o *apartheid*. Os três foram julgados por 221 atos de sabotagem e conspiração para derrubar o Estado. (N. E.)

<sup>11</sup> Nelson Mandela, “I Am Prepared to Die”, declaração feita da tribuna na abertura do Caso da Defesa no Julgamento de Rivonia, Suprema Corte de Pretória, 20 de abril de 1964.

ação parlamentar constitucional nunca foi uma opção que esteve aberta à maioria africana. Manifestações, petições, demonstrações massivas para provar a representatividade e o apoio popular das organizações, campanhas de resistência passiva influenciadas pelo gandhismo, campanhas não violentas exclusivamente sul-africanas e até mesmo os tiros de advertência disparados pela uMkhonto we Sizwe em suas ações de sabotagem direcionadas haviam deixado o muro de granito do *Apartheid* e do domínio da supremacia branca inabalado e inexpugnável.

Em 13 de agosto de 1967, unidades avançadas da uMkhonto we Sizwe, ao lado de combatentes da União dos Povos Africanos do Zimbábue [Zapu, na sigla em inglês], abriram um novo capítulo de resistência na África Austral.<sup>12</sup> Unidades avançadas engajaram as forças de segurança da Rodésia em combates ferozes em Wankie e outras áreas. Três batalhas campais naquele mês foram seguidas por confrontos esporádicos, uma penetração constante das forças de guerrilha na Rodésia e na África do Sul e a abertura de uma segunda grande fase de assalto a partir de 15 de março daquele ano. O jornal *South African Sunday Times* admitiu que “a campanha de guerrilha é agora uma guerra de desgaste em grande escala”.

O comunicado de Lusaka que anunciava o início dos combates confirmou oficialmente a existência de uma aliança militar entre o CNA e a Zapu. Isso estabelece um precedente na resistência africana, pois não há outro exemplo de lutadores pela liberdade vindos de diferentes territórios se unindo em uma força comum. Oliver Tambo, presidente-geral interino da CNA, disse que a ação conjunta CNA-Zapu visava fazer frente à estratégia unificada da aliança profana de Vorster-Smith-Salazar:<sup>13</sup> “Estamos lutando

<sup>12</sup> A União do Povo Africano do Zimbábue [Zimbabwe African People's Union] foi um movimento do Zimbábue que lutou contra o colonialismo na Rodésia desde sua fundação, em 1961, até 1980.

<sup>13</sup> B. J. Voster (1915-1983) foi primeiro-ministro da África do Sul de 1966 a 1978 e o quarto presidente de Estado da África do Sul de 1978 a 1979. Ian

contra o mesmo inimigo, em última instância. Nossa cooperação militar é resultado da cooperação política com a qual respondemos à repressão comum dos governos da minoria branca no sul.”

Smith (1919-2007) foi primeiro-ministro da colônia britânica da Rodésia do Sul (agora Zimbábue) e um ardente defensor do governo branco que, em 1965, declarou a independência da Rodésia e sua subsequente retirada do *Commonwealth* britânico.

## Os limites do nacionalismo<sup>1</sup>

Quando, em outubro de 1973, o Egito lançou a Quarta Guerra Árabe-Israelense, não era Gaddafi, seu parceiro na projetada união entre o Egito e a Líbia, mas o rei Faisal da Arábia Saudita que estava a par desse plano de ataque. Essa provou ser uma guerra limitada com objetivos limitados.<sup>2</sup> Até então, a política de Sadat de tentar persuadir os Estados Unidos a pressionar Israel em termos aceitáveis havia falhado; um sucesso militar no campo de batalha foi calculado para induzir Nixon e Kissinger a impor uma situação mais estável no Oriente Médio. A ofensiva lançada pelo Egito, à qual se juntou a Síria, foi um confronto militar convencional travado por um Exército tecnicamente competente, comandado por uma geração de técnicos treinados e recrutados em universidades, usando táticas convencionais.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Traduzido de Ruth First, *Libya: The Elusive Revolution*, Harmondsworth: Penguin, 1974.

<sup>2</sup> Ver Merip Reports, “The October War”, n. 22, publicado pelo Middle East Research and Information Project, Cambridge, Mass., para um relato sobre a política por trás da guerra de outubro de 1973.

<sup>3</sup> Segundo o Merip Reports, 22, *ibid*, sob o comando do general Shazli, cerca de 50 mil estudantes foram integrados na seção de armas eletrônicas do Exército egípcio.

As forças egípcias derrubaram as posições israelenses ao longo da linha Bar Lev, mas depois hesitaram e mudaram para uma estratégia defensiva quando poderiam ter mantido a ofensiva. Até que ponto as considerações militares ou políticas estão por trás dessa tática ainda não está claro. Mas mesmo uma guerra limitada com ganhos limitados foi suficiente para destruir o mito da invencibilidade do Exército israelense e de seu aparato de inteligência. Também quebrou o mito da incapacidade de combate dos exércitos árabes e, o mais importante de tudo, quebrou o clima de fatalismo e imobilismo dentro do mundo árabe. Mas talvez apenas temporariamente, uma vez que as táticas pós-guerra de Sadat provaram ser uma continuação lógica da burguesia e da burocracia egípcias de busca por relações estreitas e amigáveis com os Estados Unidos. A reabertura das relações diplomáticas entre o Egito e os Estados Unidos foi bastante natural, como reconhecimento formal de que o Egito havia entregado a Kissinger seu mandato de negociação na disputa com Israel até então. Simultaneamente, dentro do Egito, as medidas domésticas do regime de Sadat demonstraram que sua diplomacia fazia parte de uma preocupação maior dos governantes do Egito em estabelecer um relacionamento próximo com o capital imperialista.

O capital ocidental e outros capitais privados foram procurados para compor o setor público. Os estados ricos em petróleo mais conservadores foram convidados a investir. Algumas terras confiscadas foram devolvidas aos seus antigos proprietários. A economia deveria ser “liberalizada” para o capital privado doméstico, aliado ao capital estrangeiro. Os recursos petrolíferos da Líbia, portanto, não são mais a fonte de apoio mais significativa sendo ofertada.

Talvez mais do que qualquer outro no mundo árabe, Gaddafi emergiu como o perdedor da guerra de 1973. Uma vez que Sadat e Faisal conseguiram se unir – e a história das origens e desdobramentos dessa colaboração ainda não foi contada –, Gaddafi e a Líbia se tornaram dispensáveis. A Arábia Saudita poderia oferecer

infinitamente mais pressão com recursos de petróleo muito mais vastos do que os da Líbia, e tinha excelentes relações com os Estados Unidos. O impulso de um desejo árabe para o uso combinado da guerra frontal e da arma econômica do petróleo foi fornecido pelo eixo Cairo-Riadh. A Líbia foi deixada de lado. Quando a luta terminou e um cessar-fogo entrou em operação, Gadaffi foi ouvido denunciando-a como uma guerra ridícula e acusando Sadat de traição.<sup>4</sup> (Os palestinos foram de fato colocados à margem do evento, para serem mantidos lá durante as longas negociações, pois a guerra e suas consequências têm cada vez menos a ver com a questão palestina.) Gadaffi recusou-se a comparecer à Cúpula de Argel em novembro de 1973. Ele denunciou Faisal como “um mero comerciante de petróleo”. As relações entre o Egito e a Líbia raramente foram piores. Os controles de passaporte foram reimpostos aos egípcios na Líbia, e os egípcios que lá estavam em destacamento oficial foram vistos voltando para casa.

Nesse contexto, a proposta de fusão Líbia-Tunísia de janeiro de 1974 parecia notavelmente um ato de ressentimento por parte de Gadaffi: ignorado pelos árabes a leste, ele construiria uma união com um país a oeste. Foi um empreendimento ainda mais precipitado e mais mal planejado do que havia sido a proposta de união com o Egito. E colapsou ainda mais precipitadamente, reduzindo ao nível da farsa mais uma tentativa de forjar a unidade árabe de cima para baixo, com uma proclamação presidencial. A unidade árabe, disse o líder da oposição tunisiana no exílio, Ahmed Ben

<sup>4</sup> Gaddafi disse a Eric Rouleau, do *Le Monde*, em 23 de outubro de 1973: “Esta guerra não é minha guerra. Sadat e Assad decidiram e elaboraram seu plano sem meu consentimento, sem me consultar, sem nem mesmo me informar. E, no entanto, nossos três países são membros de uma federação cuja Constituição afirma claramente que a guerra ou a paz só podem ser decididas pelo voto unânime dos três presidentes. Certa vez, apresentei a eles um plano estratégico, mas seus Estados-Maiores decidiram o contrário. Ainda acho que meu plano é melhor [...]. Estou em profundo desacordo com os presidentes Sadat e Assad, até mesmo sobre os objetivos de sua guerra. Para mim, o essencial não é retomar de Israel os territórios conquistados em 1967, mas sim libertar os palestinos, todos os palestinos, do jugo sionista”.

Salah, “não deve ser usada como um sopro de oxigênio para salvar um regime que já está expirando”.<sup>5</sup> Ele estava se referindo ao estado de coisas interno da Tunísia. Quanto à Líbia, cada tentativa de unidade abortada serviu para desacreditar sua própria causa. Um mês após o desastre da Tunísia, Gadafi foi ao Egito para alinhar suas diferenças com Sadat. Seus discursos seguiam tão obcecados com a necessidade de unidade como antes (“Se o Egito cair, toda a nação árabe entrará em colapso”). Mas a essa altura, a credibilidade na capacidade de Gadafi para manter uma estratégia sustentada havia sido seriamente prejudicada. E, ironicamente, o líder árabe que mais havia pressionado pelo uso do petróleo como arma política foi ofuscado por regimes produtores de petróleo que, até a guerra, haviam demonstrado completa falta de vontade em todas as questões, da Palestina ao petróleo.

O efeito da guerra foi isolar Gadafi e a Líbia dos eventos políticos do Oriente Médio, fortalecer o regime de Sadat com seus novos aliados e também fortalecer os grupos dominantes nos Estados árabes mais conservadores que, cada vez mais, no período após a guerra de 1973, passaram a liderar os eventos no Oriente Médio. Pois a guerra que iniciou o uso do petróleo como arma política encontrou não só a Argélia e a Líbia dispostas a reduzir a produção e a embargar os envios para a Europa e os Estados Unidos, mas também o Kuwait, o Irã e a Arábia Saudita.

Com o tempo – em março de 1974 –, o embargo imposto pelos produtores de petróleo para pressionar a Europa e os Estados Unidos a alterarem sua política em relação a Israel foi suspenso. Mas, a essa altura, ficou claro que o uso do embargo e os cortes na produção durante a guerra faziam parte de uma crise muito maior sobre o controle dos recursos mundiais de petróleo e que o petróleo estava alterando o equilíbrio do poder mundial.

<sup>5</sup> Ahmed Ben Salah, “Le Peuple Tunisien en Assez”, *Áfrique-Asie*, 48, 21 de janeiro de 1974. Ver também *Áfrique-Asie*, 49, 4 de fevereiro de 1974, p. 113. Salah (1926-2020) foi um político e líder sindical tunisiano.

Os Estados capitalistas mais avançados do mundo, liderados pelos Estados Unidos, tiveram que enfrentar o fato de que a sobrevivência de suas economias na década seguinte dependeria de suas importações de petróleo do Oriente Médio, e este é precisamente o período em que os Estados produtores de petróleo estavam ameaçando reduzir a produção em uma política concertada para conservar seus recursos petrolíferos. O embargo, que foi, de qualquer forma, aplicado apenas parcialmente, não foi tão importante quanto os níveis de produção. Os produtores árabes começaram a afirmar seu poder não apenas por meio da insistência em aumentos de preços, mas também pelo seu direito de controlar as taxas de produção.

No mundo do petróleo árabe, as reservas financeiras dos produtores haviam crescido o suficiente para que seus movimentos afetassem os mercados monetários mundiais e o destino das moedas metropolitanas. Em vez do investimento das economias capitalistas avançadas nos Estados petrolíferos subdesenvolvidos, embora ricos, há agora a perspectiva de as classes dominantes desses Estados subdesenvolvidos investirem nas economias do mundo capitalista avançado: um caso de investimento estrangeiro de direção reversa em grande escala.<sup>6</sup>

O dinheiro do petróleo árabe pode, é claro, ser reciclado de volta para as economias ocidentais por meio de compras de armas em larga escala e importação de alta tecnologia. Daí a visita do rei Faisal a Washington para pedir a ajuda dos Estados Unidos para industrializar seu país e as negociações entre a França e a Líbia. Mas, mesmo com a troca de petróleo por tecnologia ocidental, a crise do capitalismo monopolista ocidental permanece, pois está enraizada no declínio do poder da indústria do petróleo e no recuo do controle ocidental sobre os recursos energéticos mundiais. De Estados-clientes do Ocidente, os Estados petrolíferos provavelmente se tornarão parceiros mais assertivos, forjando no processo

<sup>6</sup> *New Left Review*, p.1.

laços cada vez mais estreitos entre as economias ocidentais e seus espaços de formulação de políticas e as oligarquias governantes dos Estados petrolíferos mais ricos, aprofundando, ao mesmo tempo, as contradições entre capitalismo competitivo, tanto maduros quanto emergentes.

Baseada na estrutura da indústria, a exploração do petróleo tornou a Líbia parte inescapável do sistema capitalista internacional. Embora grande parte da economia ainda seja flagrantemente pré-capitalista, o modo de produção dominante é o capitalista, ligado a gigantes multinacionais que se baseiam no capital e na administração monopolistas americanos, britânicos e europeus. Apesar de sua grande riqueza, a Líbia é dependente no sentido mais amplo da palavra, fornecendo petróleo bruto para os centros metropolitanos do mundo em troca de produtos manufaturados, alimentos e até mesmo matérias-primas. Subordinados ao capital internacional na economia estão os remanescentes da produção agrária pré-capitalista ou dos anos iniciais do capitalismo, o comércio em pequena escala, um setor embrionário do capital nacional no comércio e na indústria e um crescente setor estatal. O crescimento da economia desde a descoberta do petróleo foi fenomenal, mas ficou restrito a este setor altamente capitalizado e suas subsidiárias diretas, por um lado; e, por outro, ao setor público da economia rentista de Estado, que é o beneficiário direto da parcela líbia na exploração de petróleo. A série de confrontos da Líbia com as companhias petrolíferas são tentativas de renegociar os termos pelos quais os monopólios exploram os recursos petrolíferos do país. O processo ainda está incompleto. É muito cedo para dizer se a Líbia pode alcançar mais do que o controle parcial sobre a exploração e uso desses recursos. Assim, entre as multinacionais e o Estado, há colaboração e, ainda assim, conflito de interesses. Na superfície, há uma intensa hostilidade e um debate constante sobre as escolhas; mas nas entranhas, há uma dependência mútua do petróleo e da estrutura de comercialização do monopólio do cartel, que, por meio de seus subsídios ao Estado – na forma de

*royalties* do petróleo –, cria um grande setor público em constante expansão.

Em uma economia petrolífera baseada em tecnologia altamente sofisticada, mais do que em qualquer outro Estado pós-colonial, é ilustrada não uma contradição clássica entre os interesses das burguesias metropolitanas e uma classe dominante nativa, mas uma fonte fundamental de colaboração. Hamza Alavi demoliu o conceito de uma burguesia “nacional” que se presume tornar-se cada vez mais anti-imperialista à medida que cresce, de modo que suas contradições com o imperialismo se aguçam.<sup>7</sup> Isso, ele argumenta, é derivado de uma análise da experiência colonial e não pós-colonial. No Estado pós-colonial, “a relação mútua entre a burguesia nativa e a burguesia metropolitana não é mais antagônica; é colaborativa”.

É a natureza do Estado pós-colonial que é crucial para a compreensão do papel do regime militar da Líbia. O golpe de Estado é um fenômeno recorrente nas sociedades pós-coloniais de todos os continentes do Terceiro Mundo que não fazem parte do mundo capitalista avançado nem do mundo socialista. O golpe de Estado leva ao poder uma oligarquia militar-burocrática que dirige o país por meio de seu poder sobre a máquina estatal. O aparato do Estado no Estado pós-colonial é herdado da retirada – ou ejeção – do poder colonial. E, pela natureza da sua função pré-independência, de institucionalizar a relação de subordinação da população e da sociedade colonial, é superdesenvolvido. No entanto, após a independência, não é o instrumento de nenhuma classe dominante nativa.<sup>8</sup>

Na Líbia, sob a monarquia, as funções do Estado doméstico eram controladas por uma oligarquia tradicional, vinculada a elementos incipientes de uma nova burguesia sob a tutela direta do

<sup>7</sup> Hamza Alavi, “The State in Post-Colonial Societies: Bangladesh and Pakistan”, *New Left Review*, 74, julho-agosto de 1972. Ver também Hamza Alavi, “Bangladesh and the Crisis of Pakistan”, *Socialist Register*, 1971, p. 289-317.

<sup>8</sup> Alavi, *ibid.*, p. 72-73.

poder metropolitano. A tomada do poder não foi tanto uma revolução feita pela pequena burguesia, mas uma que abriu caminho para sua formação mais rápida. Sob o Conselho do Comando Revolucionário, o poder político repousa em um pequeno grupo do Exército que governa por meio de seu controle da máquina estatal em nome de uma gama de interesses de classes sociais domésticas, que não são idênticos, mas que são mediados pelo Estado todo-poderoso e relativamente autônomo. Comparada aos Estados pós-coloniais, em que há interesses concorrentes entre a burguesia nativa, as classes fundiárias, o campesinato, o proletariado e a pequena burguesia, a formação social da Líbia é relativamente simples e o papel do Estado como mediador entre os interesses de grupos em conflito, razoavelmente descomplicado. Não há nenhuma política contra o desenvolvimento de uma burguesia nativa, mas o crescimento dessa classe foi e continuará sendo limitado pelos empreendimentos econômicos do Estado e pelo controle dos recursos econômicos do país. Não há nenhuma política contra a aquisição de terras privadas, mas não existe nenhuma classe fundiária poderosa e consolidada. Existe uma classe trabalhadora, mas é muito pequena, e sua organização e ação de classe são controladas pelo governo. Há uma grande parcela da sociedade composta por pobres rurais e urbanos, analfabetos, doentes e subempregados, mas que é patrocinada por um Estado rico em petróleo que distribui seus *royalties* na forma de empregos subvencionados e despesas com assistência social. Há uma grande e crescente pequena burguesia, em sua maioria urbana, que vai desde pequenos comerciantes e lojistas até profissionais, intelectuais e estudantes, e uma enorme camada crescente de funcionários públicos. Nos novos Estados, o advento da pequena burguesia está diretamente relacionado ao aumento do número de funcionários na máquina estatal e no setor público. Em um Estado petrolífero, onde enormes recursos são canalizados diretamente para o Estado, os representantes dessa burocracia administram o uso de um belo excedente nacional e sua alocação. Sob um regime militar como o da

Líbia, não é a pequena burguesia que governa diretamente – e uma burguesia nacional é praticamente inexistente –, mas uma facção militar-burocrática que comanda diretamente o poder do Estado. O Exército atua como uma classe dominante responsável por uma economia estatista.

Nos sucessivos países árabes (Egito, Iraque, Síria, Sudão e Líbia), a aproximação da pequena burguesia ao poder perpassou por movimentos de jovens oficiais do Exército. O Exército torna-se não apenas a força dirigente da revolução pequeno-burguesa, mas uma força elevada acima e no controle dela. Os militares no poder são extremamente autoconfiantes e hostis a organizações políticas autônomas, movimentos de massa e até mesmo à vida civil como um todo. Eles medeiam os interesses da pequena burguesia como seus representantes armados, organizados e mais eficientes. Embora não seja uma classe em virtude de sua propriedade do capital e dos meios de produção, eles exercem o poder de decisão sobre os recursos e o uso do capital estatal. A maioria desses regimes praticou extensas medidas de nacionalização e construiu grandes setores públicos da economia. A nacionalização emergiu, em geral, da luta pela independência, tanto no sentido econômico quanto no político; na ausência de uma burguesia nacional dinâmica e independente, essa era uma forma de tentar dar à economia uma base autossuficiente. Mas quando o controle, após a revolução, não se tornou mais acessível para aqueles estratos da população que antes o negavam, tanto o poder econômico quanto o político passaram a acumular-se nas mãos de um Estado que afirmava ser o mediador dos interesses de todas as classes, mas que, na verdade, era relativamente autônomo de todos eles.

Em contraste com a burocracia especializada, os membros do Conselho do Comando Revolucionário da Líbia, os Oficiais Livres e as fileiras do Exército geralmente não são recrutados diretamente da pequena burguesia. Em vez disso, eles brotam dos setores menos favorecidos das zonas rurais no interior e dos estratos subempregados ou menos estabelecidos nas cidades. Mas uma vez

no poder, o Exército e seu aliado subordinado, a burocracia, impõem ao Exército, ao Estado e à população a ideologia essencial da pequena burguesia. Isso ocorre em parte porque o desenvolvimento do aparato estatal e sua alocação de recursos formidáveis são acompanhados por um aumento maciço do consumo, mas também porque a revolução liderada pelo Exército, na qual as massas não desempenham um papel autônomo organizado, adota conscientemente a ideologia comum à pequena burguesia do mundo árabe. Porque a pequena burguesia não é uma classe homogênea, mas que oscila entre as necessidades dos pequenos comerciantes, agricultores e funcionários do baixo escalão, muitas vezes próximos das massas, e os interesses dos que estão no topo da pirâmide social e nos melhores empregos – como grandes proprietários de terras e empresários, profissionais, técnicos e altos escalões da administração –, a ideologia da pequena burguesia é essencialmente vacilante e pragmática. Essa ideologia apresenta mudanças constantes de ênfase, refletindo o estado de mudança de interesses dentro desta grande e amorfa classe. Mas ela procura, consistentemente, não afirmar os interesses de classe dentro da sociedade, mas sim reconciliá-los. A “burguesia não exploradora” é chamada a lutar pelo socialismo como qualquer outra classe. A ênfase está na necessidade de um equilíbrio entre exploradores e explorados. A reconciliação de interesses mutáveis é feita sob a égide do Estado e por meio de políticas iniciadas e administradas pelo Estado. Mesmo assim, a União Socialista Árabe está organizada não como uma aliança de interesses de classe, unidos pelos mesmos objetivos, mas como uma coleção de indivíduos que têm o direito de se expressar como indivíduos, mas não como representantes de qualquer classe. Gadaffi insiste que a União Socialista Árabe Líbia não permitirá nenhuma manifestação de luta de classes. Isso deve ser controlado pelo Estado.

O que leva a outra característica dessa ideologia: uma desconfiança nas massas e em sua ação autônoma. O teórico baathista Michel Aflaq afirmou que seu movimento representava “toda a

nação que ainda está adormecida, ignorante de sua realidade, inconsciente de sua identidade, esquecendo suas necessidades. Nós o precedemos, portanto o representamos”<sup>9</sup> Esta é precisamente a visão de Gadaffi sobre o papel de seu próprio grupo em seu país e em todo o mundo árabe. Essa tutela da nação encontra expressão nos métodos de trabalho e no estilo da política, uma vez permitidos. Os instrumentos políticos são criados de cima para baixo; quaisquer outros existentes são dissolvidos. A organização popular não é para exercer o poder ou a iniciativa popular, mas como instrumento de mobilização do Estado e de coleta de informações. A demagogia populista é passional, mas disfarça a manipulação do povo pelos instrumentos cuidadosamente elaborados do Estado.

A nação árabe, afirmou Gadaffi, dispensa lutas de direita ou esquerda em seu território. Isso não quer dizer que o Estado media como neutro ou que todas as ideologias são iguais. A rejeição de qualquer concepção da estrutura de classe da sociedade e das fontes de conflito levou à rejeição do papel independente das classes despossuídas, trabalhadoras ou semicamponesas da terra ou do setor moderno.

A procura de uma terceira via entre capitalismo e socialismo e a rejeição das ideologias destes sistemas conduz também à procura de raízes mais “autênticas”. O socialismo islâmico é o resultado inevitável por diversas razões. Em primeiro lugar, expressa uma genuína rejeição às imposições do Ocidente imperialista. Em segundo lugar, a doutrina religiosa já influencia profundamente vastas massas populares, especialmente nas áreas rurais. E em terceiro lugar, o *ethos* islâmico prega a igualdade de todos os crentes, independentemente de riqueza ou ocupação. O Islã como ideologia e conjunto de regras para a organização da vida social inibe o surgimento de uma visão de classe. O Islã também fornece uma linguagem na qual as interações rituais e simbólicas ignoram de-

<sup>9</sup> Michel Aflaq (1910-1989) foi um teórico político, jornalista e político sírio que cofundou o Partido Árabe Baath.

liberadamente a estrutura social e econômica ou minimizam seu significado. Em vez disso, a ênfase é colocada no valor de pertencer a uma comunidade, e a comunidade é a de todos os crentes.

Embora a Líbia de Gadaffi abomine a direita organizada tanto quanto a esquerda organizada, e a Irmandade Muçulmana seja colocada em pé de igualdade com o marxismo, sua composição ideológica própria de nacionalismo, religião e reforma social serve para abrir caminho para a mensagem da Irmandade, assim como João Batista o fez para Cristo. A atração da irmandade religiosa é invariavelmente mais forte nos países que foram menos movidos pela revolução social e pela organização de classe. A Líbia é um terreno fértil ideal para a crença dos Irmãos Muçulmanos e uma fonte de inspiração para os seus homólogos no Egito, reagrupando-se visivelmente sob a política de conciliação da direita de Sadat e estimulada pela afirmação política do Islã pelos estados reacionários do mundo árabe.

Mas, seja qual for a mudança na política interna da Líbia, o molde político e econômico no qual ela se projeta como um Estado rentista do petróleo com um sistema político corporativo administrado pelo Exército, fez com que fosse muito difícil que mudanças políticas de curto prazo alterem essa forma significativamente.

Como seus homólogos militares em vários outros países do Terceiro Mundo, o regime militar líbio tem planos ambiciosos para desenvolver a economia e mais meios do que a maioria. Mas a abordagem do desenvolvimento é característica desse estilo de planejamento estatista e tecnocrático. O Estado intervém ativamente na produção e a domina. O planejamento e a execução ficam a cargo de técnicos e especialistas. As massas populares devem ser beneficiárias do paternalismo autoritário; *não deve haver* nenhuma participação ou mobilização vinda de baixo.

# Os mineiros moçambicanos: um estudo sobre a exportação de mão de obra<sup>1</sup>

A utilização da colônia de Moçambique como reserva de mão de obra, exportando-a para além de seu território e alimentando os centros de acumulação de capital sul-africano, é uma das características dominantes da colonização portuguesa de Moçambique em finais do século XIX e ao longo do século XX. É também uma continuação do carácter dependente do colonialismo e do capitalismo português ao longo da sua história.

Uma periodização detalhada da ocupação portuguesa de Moçambique ainda não foi produzida.<sup>2</sup> Mas já é claro que, a partir

<sup>1</sup> Trecho de “Os mineiros moçambicanos: um estudo sobre a exportação de mão de obra” (1977), elaborado no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo. Retirado do projeto Ruth First Papers em [www.ruthfirstpapers.org.uk](http://www.ruthfirstpapers.org.uk).

<sup>2</sup> Estas observações sumárias sobre a periodização do colonialismo português em Moçambique baseiam-se em um seminário apresentado no Centro de Estudos Africanos por Nogueira da Costa e Luís de Brito, em abril de 1977. Para o período posterior (ver adiante), este material baseia-se em um rascunho de documento de Luís de Brito, “O colonialismo português desde os finais do século até 1930”. Trabalho sobre a periodização da industrialização moçambicana: D. Wield, “Some Characteristics of the Mozambican Economy, Particularly Relating to Industrialization”, Working Paper, Centro de Estudos Africanos. Maputo: UEM, 1977.

do século XV, as atividades do capital mercantil português, por meio do comércio de ouro, depois de marfim e depois de escravos, não foram capazes de alimentar processos de acumulação primitiva que consolidariam uma formação social capitalista e uma burguesia metropolitana portuguesas. Ao contrário, a fragilidade de Portugal no sistema mundial e sua sujeição a uma concorrência internacional desigual bloquearam a sua transição do capital mercantil para o capital industrial.

Assim, em Moçambique, no período entre 1785 e 1870, o Estado português ocupava-se da cobrança de direitos aduaneiros ao longo da costa e da monoexportação de escravos. Em 1870, no auge da rivalidade imperialista pelo poder na África e da consolidação do imperialismo britânico na região da África Austral, Portugal só podia explorar suas colônias de forma desigual e por procuração.

Do mesmo modo, no período das Companhias Majestáticas, Portugal delegou sua exploração colonial no norte de Moçambique a capitais britânicos, franceses, alemães e outros. Sob o sistema de Companhias Majestáticas, o governo português arrendou grande parte de Moçambique, concedendo ao capital privado estrangeiro a administração de grandes extensões da colônia. Assim, a Nyassa Company, fundada em 1891 com capital predominantemente alemão, tinha jurisdição sobre uma área de 190 mil km. A Mozambique Company, constituída no mesmo ano por capitais britânicos e franceses, detinha uma concessão de 155 mil km. E a Zambesi Company, fundada em 1892 com capital francês, e outras, como a Sociéte du Modal, de 1904, e a britânica Sena Sugar Estates, constituíam um setor significativo da presença colonial.

Internamente, a economia portuguesa era arcaica e falida. Nas colônias, a escassez de capitais portugueses resultou em uma forte dependência dos capitais britânicos, europeus e, posteriormente, sul-africanos. Isso significava que o sistema colonial português carecia de capacidade para valorizar os recursos econômicos e de mão de obra da colônia. No passado, os escravos não eram utili-

zados para a produção, mas para a venda, como mercadorias de exportação. Os *prazos*, longe de serem propriedades agrícolas, foram, na verdade, instalados para garantir a circulação de mercadorias em regiões atravessadas por rotas comerciais.<sup>3</sup> Assim, com a virada do século XIX, a presença física mais segura de Portugal no Sul – após a derrota, em 1895, do estado de Gaza – levou, em menor medida, apenas à organização de formas de exploração do trabalho dentro da colônia. A resposta imediata à derrota da rebelião de 1897 foi lucrar com a exportação de mão de obra, pois essa era a época do estabelecimento e rápido crescimento inicial da indústria de mineração sul-africana. Isso ditou a cooperação até o final com a economia sul-africana.

Começando um pouco antes, mas cada vez mais rápido depois de 1945 – e particularmente em 1954 –, a capital portuguesa em Moçambique cresceu. Esta capital era dominada pelos grandes grupos monopolistas que vinham exercendo uma influência crescente sobre o Estado português. Ao mesmo tempo, esses interesses monopolistas ampliaram sua presença, mas abriram as colônias para uma nova fase de entrada de capital estrangeiro. O período foi de crescente industrialização, mas uma industrialização dominada pelo setor exportador e com ênfase nas demandas de consumo de uma população cada vez maior de colonos.

A perda de espaço de Portugal na economia moçambicana nas décadas de 1960 e 1970 iluminou as duas características centrais desta, que têm sido consistentes ao longo das fases históricas do colonialismo português:

1. A contínua dependência do capital estrangeiro.
2. O papel de Moçambique como uma economia de serviços na região da África Austral; estes serviços compreendiam a provisão de ferrovias e instalações portuárias para ex-

<sup>3</sup> Os *prazos* eram as propriedades feudais adquiridas por colonialistas portugueses e comerciantes e soldados de Goa para explorar os recursos naturais. Formaram a base da colonização portuguesa e da expansão colonial entre os séculos XVI e XVII.

portações e importações da África do Sul e da Rodésia e, em particular, a função de Moçambique como uma área de suprimento de mão de obra.

A estrutura colonial da economia moçambicana resultou, pois, de uma dupla dependência. Por um lado, era produto da dependência de uma economia capitalista relativamente atrasada constituída pela potência colonial portuguesa. Por outro, estava subordinada às necessidades do complexo econômico da África Austral. Esta última integração tornou-se cada vez mais o aspecto predominante da estrutura da economia colonial moçambicana. As forças produtivas de Moçambique foram moldadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas de acordo com as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. Portugal desempenhou o papel de rentista, obtendo sua principal fonte de renda do comércio invisível e especulando sobre a venda da mão de obra de sua força de trabalho africana.

### **Um sistema de dois Estados**

Com o estabelecimento da indústria de mineração de ouro em Witwatersrand, a exportação de mão de obra de Moçambique passou a ser organizada em uma escala imensa e sistemática. Antes disso, a mão de obra moçambicana havia migrado para as plantações de açúcar de Natal e para as minas de diamantes de Kimberley, mas esse fluxo de mão de obra ocorreu antes que o Estado colonial português estabelecesse seu domínio sobre o sul de Moçambique – ou seja, ao sul do Rio Sabi. A revolução da mineração na África do Sul exigiu pesados insumos de capital, bem como suprimentos grandes e contínuos de mão de obra barata. Dentro da África do Sul, os interesses da mineração de ouro intervieram ativamente na política do Estado para criar uma força de trabalho barata e controlada, a partir da qual a rápida acumulação de capital pudesse ser garantida. Ao mesmo tempo, a indústria de mineração explorou territórios ao norte da África, e até mesmo na

China e outras partes da Ásia, em busca de formações sociais onde o trabalho assalariado ainda não havia se generalizado e onde formas de mão de obra barata pudessem ser encontradas.

Moçambique provou ser uma área crítica de oferta de mão de obra nos anos de formação da indústria de mineração de ouro. As bases dessa indústria coincidiram com a derrota de Gugunyana em 1895, a subordinação do estado de Gaza e a imposição, em grande parte do sul de Moçambique, de um governo militar sob o qual foram usadas medidas duras e punitivas para arrecadar impostos e manter a ordem.<sup>4</sup> Agora, a presença colonial portuguesa podia estender-se para além das áreas arrendadas do norte, para além das feitorias de Inhambane e do forte de Lourenço Marques, e estava aberto o caminho para a administração portuguesa cooperar com os interesses mineiros sul-africanos, enviando mão de obra para eles e lucrando com esse comércio de mão de obra.<sup>5</sup>

Essa cooperação foi institucionalizada em tratados de Estado para Estado para a venda da força de trabalho. A indústria mineira precisava de acordos duradouros e sustentados para obter mão de obra africana barata. O Estado colonial português contava com uma fonte contínua de receitas e com a ajuda na construção e manutenção das infraestruturas do território.

O êxodo da mão de obra moçambicana para as minas foi oficialmente formalizado pela primeira vez em 1897. O *Regulamento* desse ano constituiu o primeiro de uma série de acordos internacionais com as autoridades sul-africanas.

<sup>4</sup> O reino de Gaza foi inicialmente estabelecido em Moçambique na década de 1830 por Soshangane, o general Ndwandwe que fugiu da Zululândia (leste da África do Sul) após sua derrota nas mãos do rei Zulu Shaka. Ngungunyane, neto de Soshangane, foi o último governante do estado de Gaza, e detinha territórios no que hoje é a África do Sul, Zimbábue e Moçambique. Ele liderou uma rebelião contra o domínio português em 1895, e foi derrotado. (N.E.)

<sup>5</sup> Lourenço Marques foi a capital sob o domínio colonial português até a independência em 1975, quando foi renomeada para Maputo.

A exportação de mão de obra foi, portanto, desde 1897, formalmente organizada e controlada pelas partes contratantes dos dois Estados. O governo colonial português tinha uma renda garantida com o tráfico de mão de obra. Essa renda garantida, por sua vez, deu ao Estado colonial um interesse duradouro em continuar e ampliar o comércio de mão de obra.

Foi a existência de vastas áreas de captação de mão de obra que permitiu às mineradoras, operando por meio de seu aparato monopolista de recrutamento de mão de obra, forçar reduções nos salários dos trabalhadores mineiros nos primeiros anos da indústria, minar a resistência dos trabalhadores africanos na África do Sul a essas reduções e a manter, consistentemente, baixos níveis de salários ao longo de décadas.

### **Por que trabalho migrante?**

Durante um período prolongado, portanto, o excedente gerado por Moçambique na forma de trabalho vivo foi exportado para a economia sul-africana e aí acumulado como capital. O processo produziu o desenvolvimento marcadamente desigual característico do subsistema da África Austral.

Na África do Sul, o desenvolvimento da indústria mineira – pedra angular do capitalismo sul-africano – consistiu em um rápido processo de concentração e centralização do capital. Esse capital foi acumulado com base em um sistema de mão de obra migrante proveniente da região mais ampla da África Austral. A monopolização inicial da indústria mineira criou as condições para o estabelecimento de um controle monopolista cuidadosamente planejado e institucionalizado do recrutamento de mão de obra migrante. Esse monopólio foi fortalecido por acordos de Estado a Estado, com os Estados fornecedores sendo utilizados para garantir a estabilidade e a reprodução contínua dessa força de trabalho. Assim, o sistema de mão de obra migrante constituiu e continua sendo a base da acumulação de capital na indústria de mineração.

Podemos apenas, portanto, compreender plenamente a particularidade do capitalismo sul-africano analisando o sistema de mão de obra migrante, pois esta é a natureza específica da exploração da força de trabalho nesse sistema.

Já existe uma literatura considerável sobre as origens e o desenvolvimento do capitalismo sul-africano e, como parte central, sobre o papel e a importância da mão de obra migrante como pedra angular dessa forma particular de acumulação de capital. Não é nosso objetivo aqui resumir ou entrar neste debate, mas sim tentar apresentar brevemente alguns dos argumentos essenciais sobre porque a mão de obra migrante constituiu a fonte da acumulação de capital nesta indústria.

Como Marx demonstrou em sua análise do capital, o desenvolvimento do capitalismo, em essência, consistiu no processo histórico da criação do proletariado. Assim, criou-se uma classe de pessoas totalmente divorciada dos meios de produção e sem opção senão transformar sua capacidade de trabalho – sua força de trabalho – em mercadoria para ganhar a vida. Para assegurar a reprodução contínua da classe trabalhadora, o valor da força de trabalho deve ser tal que permita não apenas a reprodução da capacidade de trabalho do trabalhador no dia a dia, mas também a reprodução de sua família (uma vez que seus filhos constituem os futuros trabalhadores). Assim, em outras palavras, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor das necessidades básicas que o trabalhador e sua família precisam para fornecer a força de trabalho presente e futura. Segue-se que a mais-valia apropriada pelo capitalista é limitada, por um lado, pelo valor produzido pela força de trabalho e, por outro, pelo valor da força de trabalho. Historicamente, a burguesia sempre tentou reduzir os salários dos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho e o fez por meio do prolongamento excessivo da jornada de trabalho, do trabalho pesado de mulheres e crianças etc. Porém, inevitavelmente, tais tentativas entraram em contradição com a necessidade de reproduzir continuamente a classe trabalhadora. Somente por meio da

redução do valor da própria força de trabalho, resultante do aumento da produtividade do trabalhador, o capital poderia buscar sua expansão sem ameaçar esgotar sua fonte de vida.

A expansão imperialista do capital e sua consequente integração das nações oprimidas na divisão internacional do trabalho, moldada pelas exigências do capital financeiro, relegou a produção de matérias-primas baratas às massas trabalhadoras das nações oprimidas. Assim, por exemplo, a África do Sul tornou-se um centro da indústria de mineração de ouro dentro da divisão internacional do trabalho.

Essa indústria exigia a formação de uma classe trabalhadora, com um caráter muito específico. Foi criado um sistema de mão de obra migrante que se distinguiu da classe trabalhadora das sociedades capitalistas desenvolvidas não por migrar por longas distâncias, mas principalmente porque essa classe de trabalhadores nunca foi completamente divorciada de sua propriedade dos meios de produção. O trabalhador migrante continuou a possuir terras e instrumentos de produção e, portanto, continuou a ser capaz de produzir parte de suas necessidades de subsistência derivada desses meios de produção. Isso permitia ao produtor capitalista comprar a força de trabalho desse trabalhador camponês abaixo de seu valor. Como parte das necessidades de subsistência, do trabalhador e de sua família, esta continuava a ser produzida a partir de sua base camponesa, que permanecia fora da esfera da produção capitalista. Assim, as formas pré-capitalistas de produção foram feitas para subsidiar a acumulação de capital, permitindo a extração de mais-valia adicional resultante da compra de força de trabalho abaixo de seu valor.

Obviamente, tal sistema só pode operar se o processo de produção, distribuição e consumo inerente à formação social pré-capitalista for parcialmente quebrado para gerar trabalho excedente a ser fornecido na forma de trabalho migrante para as minas. Essa destruição parcial dos modos de produção pré-capitalistas foi inicialmente alcançada pelo uso de meios coercitivos extrae-

conômicos, como a apropriação das melhores terras, relegando a população a reservas de terras onde a base produtiva é insuficiente (por exemplo, o Bantustão sul-africano); a imposição de impostos; e trabalho forçado, bem como por meios econômicos, como a destruição de “artesanato nativo” devido à importação de mercadorias (por exemplo, *capulanas* [tecido africano de algodão], enxadas e outros instrumentos de produção).

O enfraquecimento da base econômica da sociedade camponesa devido à extração de força de trabalho aí existente, por um lado, e a criação de novos hábitos de consumo, por outro, transformaram gradualmente o sistema de mão de obra migrante em um sistema que se autorreproduz e que é derivado da necessidade econômica. Assim, quanto ao primeiro, a mudança na divisão do trabalho entre homens e mulheres na economia camponesa (os homens sendo liberados para o trabalho assalariado), o acesso reduzido à terra em alguns casos e a dependência da compra de instrumentos de produção como mercadorias, tudo isso bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas e tornou essas comunidades dependentes da renda do trabalho migrante. Quanto a este último, os novos hábitos de consumo – entre os quais a burguesia induziu conscientemente o alcoolismo para garantir uma classe trabalhadora dócil e viciada – não tiveram papel menor, assim como a introdução de têxteis e outros bens de consumo, que aumentaram a dependência da renda do trabalho migrante. Assim, o capital foi acumulado com base em modos de produção pré-capitalistas parcialmente destruídos e parcialmente reproduzidos. O último subsidiou o primeiro e, portanto, permitiu que mais-valia extra pudesse ser extraída.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Existem muitos estudos sobre esse processo na própria África do Sul e em outras áreas de oferta de mão de obra da África Austral. Assim, Colin Bundy em “The Emergence and Decline of a South African Peasantry” escreve: “Grande parte da história da África do Sul gira em torno da transição da maioria de seu povo – a população rural africana – de sua existência pré-colonial como pastores-cultivadores para seu *status* contemporâneo: o de ha-

### Por que mão de obra estrangeira?

Na seção anterior, tentamos explicar como, no início do desenvolvimento do capitalismo na África do Sul, baseado na indústria de mineração de ouro, a mão de obra extraída de formações pré-capitalistas foi crucial para a taxa de mais-valia. Essas sociedades pré-capitalistas não eram de forma alguma apenas aquelas dentro dos limites geográficos do Estado sul-africano, como o Transkei e outras áreas de reserva. Ao contrário, a mão de obra extraída de fora dessas fronteiras tem sido um fator continuamente significativo no processo de acumulação capitalista na África do Sul.

O padrão da oferta de mão de obra mineira ao longo de 75 anos, de 1902 a 1977, demonstra duas tendências distintas, mas relacionadas:

1. As proporções diferenciais, em diferentes períodos, da mão de obra sul-africana e estrangeira e as fontes de mudança da oferta de mão de obra estrangeira.
2. O caráter notavelmente estável e consistente do fluxo de mão de obra moçambicana.

Historicamente, ao longo de meio século, houve alguns aumentos e quedas na oferta de mão de obra moçambicana e estrangeira. Estes devem ser interpretados de acordo com dois eventos diferentes, mas relacionados. O primeiro consiste nas mudanças na economia sul-africana. No geral, os fluxos e refluxos mais significativos da mão de obra mineira moçambicana relacionam-se com as mudanças na economia dominante da África do Sul. Ao

bitantes rurais de subsistência manifestamente incapazes de se sustentarem pela agricultura e dependentes para sobreviver de salários ganhos em regiões industriais 'brancas' e de 'braços brancos'. O estudo de Bundy demonstra o surgimento de um campesinato africano por volta da década de 1890 no Transkei, mas depois seu declínio em quatro décadas. Ele escreve "Este processo foi um componente necessário do processo de desenvolvimento capitalista na África do Sul", mas este processo levou, no caso do Transkei, a uma rápida diminuição da capacidade produtiva dos camponeses. (Colin Bundy, "The emergence and decline of a South African peasantry". *African Affairs* 71, n. 285 (1972), p. 369-388.

mesmo tempo, embora em menor escala, o padrão de abastecimento também está relacionado com algumas alterações internas em Moçambique.

### **As proposições dos trabalhadores sul-africanos e estrangeiros**

Sobre a primeira questão, relacionada ao caráter mutável da indústria de mineração sul-africana dentro da economia sul-africana, devemos nosso entendimento a um novo e penetrante estudo que demonstra como a mão de obra estrangeira tem sido consistentemente usada para constituir o estrato mais mal pago do exército industrial de reserva da economia sul-africana.<sup>7</sup> As quedas nos níveis de mão de obra moçambicana durante a depressão econômica da década de 1930 e, novamente, durante a atual recessão dessa economia mostram como a mão de obra moçambicana, tal como a mão de obra estrangeira, foi reduzida em tempos de recessão. Os aumentos das componentes da mão de obra estrangeira e da mão de obra moçambicana, sobretudo na década de 1950, mostram que em tempos de expansão, esta mão de obra é reconduzida à sua posição de importância. Esta é uma ilustração significativa do que foi dito anteriormente sobre as características da economia moçambicana de serviços: ela está sujeita às vacilações e crises da economia dominante da qual se tornou dependente no período colonial.

Em contraste, de 1936 a 1951, houve uma queda em termos absolutos e relativos no número de trabalhadores sul-africanos nas minas. Esse período coincide não apenas com uma expansão da mineração de ouro estimulada pelo aumento dos preços do ouro (as minas do Estado Livre foram abertas neste período), mas também por uma expansão da manufatura. Nessa época, houve uma expansão enérgica do recrutamento de mão de obra estrangeira.

<sup>7</sup> De Clercq, F., Hemson, D.; Innes, D.; e Legassick, M. "Capital Restructuring and the South African State: The case of foreign labour." *In*: CSE Conference Paper, 1977.

Em 1932, a mão de obra estrangeira constituía 43% da força de trabalho; em 1936, era de 48%; em 1939, era de 52%; e em 1951, era de 65%.

De 1951 a 1970, houve um aumento do total da força de trabalho africana nas minas, e o recrutamento de mão de obra estrangeira foi intensificado e expandido. O recrutamento de mão de obra estendeu-se a partes da África central ainda não exploradas para mão de obra.

Nesse período, a mão de obra estrangeira teve preferência sobre a mão de obra sul-africana. Ao mesmo tempo, houve uma racionalização do processo de trabalho nas minas. Certas inovações de treinamento para a mão de obra africana foram introduzidas e um certo número de trabalhadores negros semiqualeificados foi estabelecido, especialmente nas novas minas nas áreas de Orange Free State e Klerksdorp, que eram mais intensivas em capital. De 1964 a 1972, o componente de mão de obra estrangeira continuou a crescer, passando de 64% para 80% da força de trabalho total.

Foi a partir de 1974 que a mão de obra estrangeira começou a ser fortemente reduzida. Isto é tratado nos capítulos seguintes,<sup>8</sup> que discutem as mudanças na indústria mineira e os seus efeitos sobre a mão de obra moçambicana no período pós-1974.

### **A organização do fluxo de trabalho moçambicano**

O período inicial da indústria de mineração de ouro, de 1888 a 1913, foi o período durante o qual a Câmara de Minas e seu órgão de recrutamento de mão de obra, Wenela, criaram uma oferta subcontinental de mão de obra barata. O que chama a atenção é a força e a eficácia da Wenela como organização de recrutamento de mão de obra. Viu-se que ela tinha a capacidade de recorrer à mão de obra quando necessário e de interromper esse suprimento com a mesma prontidão. As instruções de recrutamento para sua rede

<sup>8</sup> A autora se refere aos demais capítulos da pesquisa, disponíveis em inglês no local indicado como fonte, na primeira nota deste artigo. (N.E.)

de estações Wenela foram executadas com eficiência e rapidez. Além de uma organização de recrutamento de mão de obra com tanto poder, as administrações governamentais eram bastante frágeis. Levou talvez uma década para que o sistema de recrutamento de mão de obra fosse bem centralizado, mas quando isso foi feito, a organização cumpriu suas metas e forneceu os homens necessários para as minas com confiabilidade infalível.

Inicialmente, quando o recrutamento de Moçambique ainda não estava centralizado, talvez a maior parte do êxodo de mão de obra por meio da fronteira para o Transvaal tenha sido clandestino. Este movimento da força de trabalho tinha sido fortemente intensificado pelas medidas invocadas pelo governo colonial na sequência da rebelião de 1895 e a destruição do estado de Gaza, e também pela epidemia de peste bovina de 1896-1898, que dizimou rebanhos de gado nas províncias do sul. Recrutadores particulares e vendedores ambulantes controlaram e organizaram o êxodo. Ainda não foi escrito nenhum relato detalhado sobre os primeiros métodos de recrutamento, embora pesquisas recentes no sul de Moçambique descrevam como o recrutamento era conduzido por “corredores”.<sup>9</sup> Estes trabalhavam para recrutadores brancos ou asiáticos e eram contratados para ir de um assentamento a outro, procurando recrutas em potencial para as minas.

Os corredores ou policiais recrutadores eram identificados por seus bonés vermelhos e alguns usavam um uniforme semelhante ao da polícia da administração local. Eles carregavam chicotes de couro de hipopótamo e recebiam um pagamento *per capita* sobre seus resultados. Eles carregavam salvo-condutos emitidos pela administração, embora, em 1912, esse sistema tenha sido encerrado devido às reclamações de administradores portugueses de que os métodos coercitivos desses recrutadores de mão de obra estavam

<sup>9</sup> Young, Sherily J., “Changes in Diet and Production in Southern Mozambique 1855-1960”, British ASA Conference Paper, Durham, 1976.

abusando de sua autoridade. Nessa época, os Negócios Indígenas<sup>10</sup> já funcionavam há alguns anos tentando atender às necessidades internas de trabalho dos colonos que não podiam pagar salários competitivos em comparação com os oferecidos pelas minas de Rand, para quem o estado colonial recrutava trabalho forçado por meio da administração local e dos chefes.

Mas em 1912, quando certas limitações foram impostas às atividades de corretores e recrutadores, o padrão de migração de mão de obra já estava bem estabelecido. Esta havia sido inicialmente induzida pela força, após a conquista do sul de Moçambique e as depredações da administração colonial portuguesa. Em um período bastante curto, o movimento da mão de obra tornou-se autorreprodutor. Os produtores rurais não tinham mais nenhuma medida de escolha real. Eles eram submetidos a ataques e levados ao trabalho forçado ou eram contratados além das fronteiras para o trabalho.

A ausência de emprego para os africanos no sul de Moçambique e a conseqüente “atração” do trabalho mineiro é graficamente descrita em um “Relatório sobre as condições de trabalho dos nativos” preparado para a Câmara de Minas do Transvaal por um dos seus agentes em 1922. Em essência, argumenta o relatório, “nenhuma melhoria nas condições gerais pode ser esperada sob o sistema atual”.<sup>11</sup> O relatório forneceu alguns exemplos de condições de trabalho, a maioria deles provenientes das áreas do norte sob a administração das Companhias Majestáticas. Mas durante 1921 e parte de 1922 no Sul, cerca de 2 mil nativos foram empregados por meses na estrada entre Xai-Xai e Xinavaan. Todos esses trabalhadores não eram pagos e praticamente não eram alimentados.

<sup>10</sup> Negócios Indígenas refere-se aos direitos e estilo de vida dos africanos nativos de Moçambique. No início do século XX, Portugal tentava estabelecer limites legais à população nativa como parte da política colonial, para que os nativos não tivessem os mesmos direitos que os portugueses.

<sup>11</sup> “Report on Native Labour Conditions in the Province of Mozambique”, 1922, *South African Labour Bulletin*, julho de 1975.

Em alguns casos, os nativos ainda tinham que providenciar suas próprias enxadas, que custavam cerca de cinco xelins e se desgastavam a serviço do governo. Em toda a província, as estradas tiveram que ser reparadas pelos nativos locais sem qualquer pagamento. E, de fato, outros serviços do governo também foram feitos por mão de obra forçada e não pagos na maioria dos postos!

Antes da Guerra dos Bôeres, cerca de 80 mil trabalhadores, ou três quartos da força de trabalho total nas minas, eram de Moçambique e, naquela época, os trabalhadores moçambicanos passavam em média três anos na clandestinidade, o que estabelece que a indústria foi, de fato, praticamente fundada pela mão de obra moçambicana.<sup>12</sup>

Após este período inicial, a característica mais marcante do fluxo continuado da mão de obra moçambicana tem sido a estabilidade da oferta e a consistência dos números, sobretudo a partir do final da década de 1920 (após a assinatura da Convenção de Moçambique). Uma vasta pesquisa ainda precisa ser feita sobre a regulação dessa oferta de trabalho, especialmente no período entre as duas guerras mundiais quando, com exceção de quedas repentinas nos anos de depressão e um aumento acentuado para 107 mil em 1927 e 96 mil em 1929, a força permanente de mão de obra moçambicana era mais ou menos constante em torno de 80 mil.

Após a greve das minas africanas de 1946, que foi o período mais intenso de luta de classes na indústria, a mão de obra estrangeira representava 59% da força de trabalho africana total, e as minas adotaram uma política de tentar evitar mais agitação trabalhista recrutando classes menos proletarizadas, ou seja, mais mão de obra estrangeira.<sup>13</sup> Este é o período em que a oferta de mão de

<sup>12</sup> Transvaal Labour Commission, 1904, p. 4, 20, 28, 246. Segundo o artigo de F. Wilson, "Labour in South African Gold Mines 1911-19621", de 1896 a 1898, a mão de obra moçambicana constituiu 60,2% da força de trabalho, e em 1906, 65,4% (p. 70).

<sup>13</sup> Legassick and Innes, artigo do Warwick Research Project.

obra estrangeira foi diversificada. No mesmo período, a oferta de mão de obra em Moçambique aumentou.

### **Mudanças na mineração na década de 1970**

Existe uma documentação bastante completa sobre as mudanças na indústria de mineração no período recente e os vários fatores que contribuíram para essas mudanças. Estes são resumidos abaixo:

1. Até a década de 1970, a mineração de ouro era considerada um ativo em declínio. Isso foi transformado pelo acordo internacional para reavaliar o ouro a preços de mercado. Como resultado, os lucros da mineração aumentaram muito e houve também um aumento considerável no valor dos fundos disponíveis para acumulação e reinvestimento.
2. Houve um declínio contínuo no contingente sul-africano de mineiros africanos. A dependência da mão de obra estrangeira havia aumentado. Mas isso ocorreu em um momento de mudanças espetaculares na política da África Austral, e mudanças que colocaram em questão a sobrevivência e continuidade dos regimes exploradores da minoria branca e, mais imediatamente ainda, o grau de confiança que as minas poderiam depositar em seus contingentes regulares de mão de obra estrangeira.
3. Em 1973, houve uma onda de greves africanas, inclusive nas minas, assim como outras formas de resistência operária. Entre 1973-1975, 33 casos de resistência operária nas minas envolviam mineiros moçambicanos. Como avaliou Clarke:

Esses conflitos afetaram os interesses dos produtores de duas maneiras importantes: primeiro, os níveis de produção caíram e os custos aumentaram à medida que os confrontos se espalharam; e, em segundo lugar, ocorreu um 'expurgo' da oferta de mão de obra à medida que o repatriamento aumentava, os grevistas eram demitidos e a ação disciplinar e a 'realocação' se faziam necessárias [...]. A indústria estava totalmente despreparada para esses conflitos repentinos e de grande escala, que se

tornaram ainda mais graves devido ao alto preço do ouro. Entre uma série de outros fatores, as conflagrações estavam fortemente relacionadas aos baixos salários e ao alto grau de controle social necessário sob condições complexas. A ‘reforma salarial’ de 1972-1975, embora iniciada antes da escalada da violência, provavelmente teria sido, de qualquer modo, necessária para, em alguma medida, restabelecer a situação.<sup>14</sup>

4. Assim, o aumento do preço do ouro e a agitação dos trabalhadores tornaram possível e necessário pagar salários mais altos aos mineiros africanos. Sem salários mais altos, não havia possibilidade de atrair os trabalhadores sul-africanos da indústria secundária para a mineração – até que a recessão econômica acelerou a propulsão.
5. A produção de uma nova força de trabalho, agora modificada, também estava intimamente ligada e era resultado direto do aumento da mecanização nas minas. Embora a tecnologia de mineração profunda da África do Sul seja provavelmente a mais avançada do mundo, esta é uma indústria fortemente intensiva em mão de obra, necessitando de suprimentos constantes de mão de obra africana barata. Enquanto o preço do ouro era fixo, havia uma tendência a depender de mão de obra barata e a mover-se lentamente no sentido de aumentar o investimento de capital. Isso não era verdade, no entanto, para todas as minas. Enquanto as minas de baixo teor e de baixa produtividade dependiam de mão de obra barata, as minas mais novas, de maior produtividade e mais mecanizadas, principalmente aquelas controladas pela Anglo-American Corporation, instituíam níveis mais altos de tecnologia. Assim, já em 1962, os anglo-americanos romperam com as políticas trabalhistas da Câmara de Minas e exigiam salários mais altos para intensificar o recrutamento de mão de obra sul-africana para

<sup>14</sup> Clarke, D. G., “Contract Labour from Rhodesia to the South African Mines: A Study in the International Division of a Labour Reserve”, *Saldru Working Paper* n. 6, Cape Town, 1976, p. 11-12.

que pudessem ter uma força de trabalho mais estável, entre a qual pudesse instituir um regime salarial distinto em suas minas de maior produtividade.

Com a alta do preço do ouro, os planos de mecanização foram acelerados. Os parágrafos a seguir descrevem alguns dos avanços da mecanização, pois estes têm efeitos importantes sobre a quantidade e a qualidade da força de trabalho, bem como sobre as mudanças subsequentes na contratação de mão de obra e na política salarial instituída pela indústria.

### **Mecanização**

Certa mecanização já havia mostrado efeitos nas minas em 1975. Por exemplo, a Goldfields Consolidated of South Africa Ltd. reportou um aumento de 11,5% na produtividade dos trabalhadores no subsolo em 1974.<sup>15</sup> Em 1975, uma mina pertencente à Joint Consolidated Limited aumentou a produção apesar de uma redução de 20% na mão de obra. Isso foi feito com a introdução de raspadeiras para carregar o minério (em vez da cintagem manual), vagões monotrilhos, que exigiam apenas um trabalhador em vez dos dois necessários anteriormente, e transportadores monocabos, usados para transportar o minério para fora da mina. Eram meios para reduzir a mão de obra não qualificada perto da face da mineração, ou *stope*. Isso foi combinado com sistemas de gerenciamento e manutenção mais eficientes e trazendo os mineradores brancos para o planejamento de gerenciamento para que pudessem ver a importância de trabalhar em equipe e o papel de seus líderes de equipe. Foram organizados cursos de formação de ajudantes africanos para apoiar os mestres-artesãos brancos, e alguns

<sup>15</sup> Formada em 1887 pelos capitalistas britânicos Cecil John Rhodes e Charles Rudd, a Goldfields Consolidated foi uma das primeiras grandes corporações a dominar a indústria de mineração sul-africana, lucrando com a mão de obra e as minas africanas antes de se tornar uma importante instituição financeira internacional de mineração. *South African Mining and Engineering Journal*, November 1974, p. II.

mineiros africanos foram habilitados para, entre outros, exercer as funções de caldeireiro, instalador, eletricitista e soldador.<sup>16</sup>

O Presidente da Câmara de Minas, o sr. A.W.S. Schumann, declarou em 1975 que o valor total do capital investido em equipamentos utilizados no subsolo pelas minas de ouro era inferior a R250 milhões. Sua expectativa era de que equipamentos no valor de mais de R1 bilhão fossem adquiridos durante e como resultado do programa de pesquisa de R150 milhões ao longo de dez anos.<sup>17</sup>

Muitas das pesquisas e testes ocorrem perto ou na face da chuva (a face do *stope*). “Cerca de 40% da força de trabalho negra está empregada lá, e a mecanização é de grande importância para reduzir a força de trabalho negra e melhorar a produtividade”.<sup>18</sup>

São essas mudanças na tecnologia e a implantação da força de trabalho na indústria, ao lado do aumento da militância dos trabalhadores, assim como, de forma bastante crucial, a recessão econômica sul-africana que levaram ao desemprego africano generalizado naquela economia, o que, por sua vez, levou a mudanças nas políticas salariais nas minas. Houve mudanças nos sistemas de classificação de cargos e de diferenciação salarial. Isso levou a que mais trabalhadores africanos fossem categorizados como semiquualificados.

No período que começou na década de 1950 e novamente em 1969, os salários africanos aumentaram.<sup>19</sup> Este foi um período de escassez crônica de mão de obra, mas também do início da racionalização do processo de trabalho e da introdução de esquemas de formação para alguns trabalhadores africanos, especialmente nas minas de capital intensivo. Mas os aumentos salariais nesse período foram consideravelmente superados pelos aumentos no

<sup>16</sup> *South African Mining and Engineering Journal*, July 1975, e *Mining Survey*, April 1975.

<sup>17</sup> *South African Mining and Engineering Journal*, July 1975, p. 31.

<sup>18</sup> *Ibid*, “Quote of Joint Consolidates head of Industrial Engineering Department”, p. 16.

<sup>19</sup> *South African Mining and Engineering Journal*, 1976, p. 17.

período pós-1973. Em junho de 1976, a indústria pagava uma taxa salarial mínima para trabalho subterrâneo de R2,50 por turno.

As mudanças nas taxas salariais impactaram imediatamente a fonte de oferta de mão de obra. O número de trabalhadores sul-africanos nas minas aumentou rapidamente. Isto foi acompanhado por uma queda absoluta no número de trabalhadores estrangeiros contratados, uma tendência que ainda se mantém.

É claro que há limites para a mecanização da indústria. Os novos métodos irão diminuir drasticamente, mas não irão acabar com a dependência das minas de uma grande oferta de mão de obra africana. Mas as minas mais novas, mais ricas e de capital intensivo seguirão um padrão distintivamente diferente das antigas minas de minério de baixo teor. Dentro da força de trabalho, haverá a introdução de diferenciais crescentes de salários e qualificações.

Dois destes fatores irão afetar a mão de obra moçambicana no período imediato:

1. A redução, em geral, da utilização de mão de obra estrangeira.
2. Diferenciações dentro da força de trabalho africana e a confiança em trabalhadores mais experientes e qualificados.

Estes fatores refletem-se nas condições da mão de obra moçambicana após 1974.